



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

REBEKA PEREIRA MILLER

**O SONHO QUE SE TRANSFORMOU EM INSÔNIA: UMA HISTÓRIA
SOCIOAMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
DE TUCURUÍ (c.1974-c.1984)**

BRASÍLIA

2023

REBEKA PEREIRA MILLER

**O SONHO QUE SE TRANSFORMOU EM INSÔNIA: UMA HISTÓRIA
SOCIOAMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
DE TUCURUÍ (c.1974-c.1984)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do Grau
de licenciada/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

BRASÍLIA

2023

**O SONHO QUE SE TRANSFORMOU EM INSÔNIA: UMA HISTÓRIA
SOCIOAMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
TUCURUÍ (c.1974-c.1984)**

REBEKA PEREIRA MILLER

Data da defesa oral: 17/02/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Inaldo Chaves
Orientador – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
Universidade de Brasília

BRASÍLIA

2023

AGRADECIMENTOS

Pensar nos últimos cinco anos em que estive na Universidade de Brasília geram sentimentos muito agradáveis. A UnB foi o lugar onde pude errar, crescer, amadurecer e conhecer as melhores pessoas que poderiam me acompanhar nessa longa jornada. Compartilhar esses sentimentos com outras pessoas geralmente é o que torna tudo mais mágico, e foi assim desde o início. Então, o meu primeiro agradecimento é para o meu orientador, professor José Inaldo. Nossas reuniões sobre o Goiás colonial, a minha primeira pesquisa científica, ficarão para sempre guardadas no melhor espaço das minhas memórias. Obrigada por acreditar em mim, por acolher as minhas ideias e por ter compartilhado tanto comigo ao longo desses anos. O senhor é uma grande inspiração como ser humano e pesquisador.

Gostaria de agradecer à minha amiga Bruna Letícia por ter sido minha companheira nas pesquisas e nas reflexões sem fim sobre o curso. Foi graças a sua insistência que um dia eu decidi que faria uma pesquisa científica. Depois de cinco anos, seguimos juntas e na companhia de futuros grandes pesquisadores. O meu muito obrigada à Ana Heloísa Pereira, Bruna Lima, Marina Rolo e Gabriel Luan. As minhas semanas na UnB não seriam as mesmas sem os nossos momentos entre as aulas enquanto tomávamos sol. A minha vida certamente nunca mais foi a mesma desde que cruzamos nossos caminhos naquela turma de Introdução a Antropologia. Obrigada por caminharem junto comigo.

Agradeço também às minhas amigas Isabella Pena, Isabela Liotto, Cora Freire, Ruhana França, Daniela Strieder e Cíntia Sakata. Cada uma de vocês teve uma participação certa na minha vida nos últimos anos e especialmente nos últimos meses, enquanto finalizava este trabalho. Agradeço pela preocupação, pelo carinho e por tantos momentos de felicidade que pude compartilhar com cada uma.

Ao meu querido amigo e companheiro, Fabrício França. Às vezes penso que gosto tanto da profissão porque foi nela que te conheci. Todos os dias ao seu lado é um novo aprendizado sobre a vida e sobre o nosso ofício; poder partilhar tanto contigo é um privilégio. Essa pesquisa é fruto das longas reflexões que fizemos juntos e das incontáveis horas em que você me amparou quando tudo parecia difícil e confuso demais. Obrigada por me ensinar a acreditar em mim mesma.

Não poderia deixar de agradecer os meus pais, Márcia e Eduardo, que desde o primeiro dia em que decidi cursar História, foram uma profunda fonte de apoio e de carinho. E ao meu

irmão Raphael que me direcionou com muita tranquilidade nos meus momentos de crise e foi um grande incentivador das minhas epifanias ao longo do curso.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à Maria Dejanira, o meu maior exemplo de mulher. Se eu cheguei até aqui foi porque eu vi em ti, todos os dias, o significado de perseverança. Quis eternizar aqui o quanto ser a sua neta me enche de orgulho e o quanto eu sou feliz por, nesta vida, ter te conhecido. Nada foi impossível para a senhora e, mesmo nas suas maiores dificuldades, você nunca desistiu. Obrigada.

RESUMO

O trabalho pretende analisar o rio Tocantins a partir das relações estabelecidas entre os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída durante a ditadura civil-militar brasileira, e a Eletronorte, empresa responsável pelas obras. A partir da História Ambiental e do conceito de “comum”, propõe-se a hipótese de que, com a expansão das fronteiras extrativistas no sul e sudeste do Pará pelo Estado e por empresas privadas, a água do rio Tocantins foi apropriada e mercantilizada por esses agentes, tornando excludente o seu uso, o acesso e o controle pelos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo. A partir disso, defende-se que houve um processo violento da privação dos direitos e dos costumes das comunidades tradicionais não capitalistas para que fosse possível a consolidação de um mercado capitalista na Amazônia entre os anos de 1970 e 1980.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Tucuruí; História Ambiental; comunidades tradicionais.

ABSTRACT

The work intends to analyze the Tocantins river from the relationships established between those affected by the Tucuruí Hydroelectric Power Plant, built during the Brazilian civil-military dictatorship, and Eletronorte, the company responsible for the construction. Therefore, based on the Environmental History and the concept of "common", the hypothesis is that, with the expansion of the extractive frontiers in the south and the southeast of Pará by the State and by private companies, the water of the Tocantins river was commodified and appropriated by these agents, making their use, access and control by different subjects involved in this process heterogeneous. From this, it's argued that there was a violent process of deprivation of rights and customs of non capitalist traditional communities so that it was possible to consolidate a capitalist market in the Amazon between the 1970s and 1980s.

Keywords: Tucuruí Hydroelectric Power Plant; Environmental History; traditional communities.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa da localização da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, Pará: trecho entre Marabá e Cametá.....	35
---	----

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1. O rio que caminha e que é comum: as representações do rio Tocantins	11
1.1. Os rios têm história?	13
1.2. Um rio e suas facetas	16
Capítulo 2. O sul e sudeste do Pará na ditadura civil-militar brasileira: colonização, desenvolvimento e os conflitos pela terra	28
Capítulo 3. “O cerco foi crescendo e então a morte chegou” : as relações de subordinação entre os Atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí e a Eletronorte.....	38
Reflexões finais	50
Referências Bibliográficas	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o rio Tocantins à luz da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, durante a ditadura civil-militar brasileira. A partir de uma História Ambiental, esta pesquisa também diz respeito às comunidades que foram atingidas pela Hidrelétrica, por entender que a história dos homens existe em correlação com a Natureza. Portanto, pensar a relação entre o homem e a Natureza não é sobre a dicotomia que por muitos anos se defendeu, mas sim sobre a interrelação que existe entre um e outro. O rio Tocantins, neste trabalho, é um rio em si mesmo, em sua materialidade biofísica e sociotécnica, pois é a partir dessa concepção que se torna possível analisar as teias de comunicação sociais, culturais e econômicas que interagiram com o Tocantins durante a construção da UHE de Tucuruí.

O recorte temporal da pesquisa percorre as décadas de 1970 e 1980, sendo que, em alguns momentos, retomo os últimos anos da década de 1960 para apresentar o contexto econômico do Brasil com o “milagre econômico”. Os documentos utilizados neste trabalho abordam, principalmente, os anos das obras da Usina, entre 1980 e 1984, para que sejam analisados o sofrimento e as críticas dos atingidos, bem como as mudanças das estruturas sociais diante da presença imponente da Eletronorte. Uma vez que a UHE foi construída no Estado do Pará, também serão abordadas as políticas específicas do regime militar para a colonização dessa parte da região amazônica.

Com isso, proponho uma reflexão sobre o contexto em questão a partir de coletividades que possuem outras formas de organização social e outros princípios, diferentes do capitalismo, para se articularem com o outro e com o meio, o que permite elucidar a forma como se dão os embates materiais e discursivos sobre os usos e o controle da Natureza. Dessa forma, é através da perspectiva da água como um “comum”, em que essas coletividades criam regras para a gestão desse recurso, de forma a estabelecer princípios de usos e compartilhamentos, que as disputas em torno dos usos do rio Tocantins durante as obras da Usina ficam mais perceptíveis e, portanto, mais violentas.

Todas as fontes utilizadas neste trabalho encontram-se no site do Instituto Socioambiental (ISA), pois fazem parte de um dossiê estruturado em 1989 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), regional norte II. Denominado de “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”, o dossiê é composto majoritariamente por manifestos populares, cartas, relatórios e atas de assembleias. O dossiê foi organizado cronologicamente, sendo que o primeiro documento consta do ano de 1978 e o último, de 1988. A única fonte utilizada neste trabalho e

que não está no dossiê, pode ser encontrada no site Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí. Este documento é uma transcrição de áudio a partir de uma assembleia, o “VI Encontro da Lei do Anilzinho”, realizada em 1986 no município de Baião, no estado do Pará.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresento as reflexões que Bolívar Echeverría, um filósofo equatoriano e naturalizado mexicano, faz sobre a modernidade capitalista para, em seguida, iniciar o debate sobre a História Ambiental e a História dos Rios dentro dessa perspectiva. Ademais, é neste capítulo que será discutido a água como um “comum”, a partir das observações e análises dos pesquisadores franceses Christian Laval e Pierre Dardot, para pensar os embates em torno do rio Tocantins durante o período em análise à luz dessa reflexão teórica.

No segundo capítulo, apresento o contexto do sul e sudeste do Pará, região onde a Hidrelétrica foi construída, durante a ditadura civil-militar brasileira. Dessa forma, abordarei o “milagre econômico” e sua subsequente crise, em decorrência da alta do preço do petróleo, do que resultou a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do Plano de Integração Nacional e os seus desdobramentos para a região fronteira do Pará. A partir das reflexões de Pedro Henrique Campos, também serão abordadas as influências do capital internacional, em correlação com as políticas do regime militar, para a efetivação da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Por fim, no terceiro capítulo, retomo o debate para os atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí para refletir sobre as relações estabelecidas entre esses sujeitos e a Eletronorte, empresa responsável pelas obras e pelas indenizações decorrentes das desapropriações no Pará. Assim, proponho que, ao utilizar as concepções de dinheiro especial e de Aparelhos Ideológicos de Estado, é possível identificar as nuances, as singularidades e as contradições discursivas nas cartas produzidas pela empresa e pelos atingidos. Com isso, busco identificar como a ideologia do regime esteve presente no discurso da Eletronorte e como se estruturaram as diferentes visões e interpretações a partir dos diferentes agentes envolvidos nesses processos.

CAPÍTULO 1

O rio que caminha e que é comum: as representações do rio Tocantins.

“que a ciência torture a Natureza assim como faziam os inquisidores do Santo Ofício com seus réus, para conseguir revelar até o último de seus segredos.”
Francis Bacon *apud* ACOSTA, 2016, p. 63.¹

Antes de adentrar propriamente no tema da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os seus desdobramentos, gostaria de discutir um pouco sobre outros tópicos que estão intimamente conectados ao tema principal desta monografia. O primeiro deles é sobre o conceito de modernidade a partir da produção intelectual de Bolívar Echeverría, filósofo equatoriano e naturalizado mexicano. Em seguida, abordarei sobre os estudos envolvendo História Ambiental e História dos Rios para, enfim, introduzir o principal tópico deste capítulo: a água como um “comum”. A água, na sua representação do rio Tocantins, será o eixo analítico para compreender as dinâmicas socioambientais envolvendo a construção da UHE de Tucuruí nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira.

Começarei tratando da ideia de modernidade segundo Bolívar Echeverría por entender que certas premissas desse conceito recaem sobre o contexto histórico da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. A origem e o fundamento da modernidade, para o filósofo, se dão ao redor do século X com a "revolução tecnológica". Nesse momento, a produtividade do trabalho humano deixou de residir no descobrimento espontâneo de novos instrumentos advindos e copiados da natureza e passou a residir na capacidade de criar, intencionalmente, novos instrumentos e novas técnicas de produção correspondentes. Para Echeverría, o ponto marcante da revolução foi que se instaurou a possibilidade para que os homens construíssem uma vida a partir da interação completamente diferente entre o humano e a natureza. Se na sociedade “arcaica” entendia-se que a natureza era um inimigo que deveria ser dominado, nessa nova sociedade, após a revolução tecnológica, a natureza passou a ser analisada como um colaborador para um tipo de enriquecimento mútuo.²

Nesse sentido, a revolução neotécnica trouxe consigo um desafio para os homens: de ignorá-la ou aceitá-la. Uma vez adotando-a, as sociedades passariam por adaptações e alterações que levariam a um novo tipo de projeto civilizatório. As transformações no processo de trabalho que ocorreram em diversas sociedades no Oriente e no Ocidente, após essa

¹ ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

² ECHEVERRÍA, Bolívar. *Antología*. Crítica de la modernidad capitalista. Bolívia, p. 124, 2011.

revolução, demonstraram as diferentes reações à alteração técnica das forças produtivas, estabelecendo, dessa forma, modernidades reais e diferentes entre si.³

Dentre tantas modernidades, contudo, uma se destacou por seu aspecto quantitativo a partir de uma nova produtividade que a revolução neotécnica concedeu ao processo do trabalho humano. Com isso, por promover as características da revolução de uma forma abstrata, universal e exportável para várias realidades, o ocidente europeu passou a ser identificado como o berço da expansão de uma modernidade capitalista.⁴ A modernidade foi interpretada, portanto, como essa tendência civilizatória que pôs em evidência uma constituição anterior de mundo vista como obsoleta, inconsistente e ineficaz. Dessa forma, seus fenômenos e comportamentos apresentariam uma nova estruturação para a vida em sociedade que respondesse às necessidades de transformações daquele mundo enquanto substituía valores tradicionais.⁵

O filósofo apresenta três fenômenos para discutir a modernidade e eu utilizarei dois deles que julgo serem adequados para o objetivo deste trabalho. O primeiro fenômeno diz respeito a uma confiança na técnica segundo o uso de uma razão que se protege de um possível delírio, pois está imersa na matemática. Existe uma confiança na capacidade do homem de enfrentar a natureza, pois ele agiria a partir de conhecimentos matemáticos, diferentemente de uma aproximação tradicional, observada como mágica e fantasiosa.⁶

O outro fenômeno diz respeito ao individualismo. Segundo o filósofo, esse fenômeno implica o igualitarismo e pressupõe que o “átomo da realidade humana” é o indivíduo singular. Ademais, ele pressupõe, por exemplo, a lógica de que o contrato é a essência para que se estabeleça uma relação entre indivíduos singulares ou coletivos. Nesse âmbito, o individualismo contratualista é compreendido como um processo que se impõe sobre a tradição ancestral do comunitarismo, a concepção segundo a qual o átomo não é o indivíduo singular, mas sim um conjunto de indivíduos, uma comunidade.⁷

O método capitalista, de acordo com Echeverría, escolhe entre as possibilidades que a neotécnica oferece e atualiza aquelas que podem ser funcionais a partir do seu objetivo, a acumulação de capital. Dessa forma, o capitalismo só seria capaz de fomentar a neotécnica unilateralmente, com a diferença de a potencializar quantitativamente. Para o filósofo, isso implicaria na repressão de outras possibilidades para uma nova relação entre os humanos, e

³ *Ibidem*, p. 127.

⁴ *Ibidem*, p. 128.

⁵ *Ibidem*, p. 117.

⁶ *Ibidem*, p. 118.

⁷ *Ibidem*, p. 120.

entre os humanos e a natureza, quando, na verdade, a revolução neotécnica teria permitido a eliminação de qualquer relação de domínio e de poder. Dessa forma, o que se observa é a utilização da neotécnica como um instrumento de conquista e de domínio sobre a natureza.⁸ É precisamente sobre a relação homem-natureza, modificada ao longo dos séculos e mais intensamente com a modernidade, que refletirei no tópico seguinte ao abordar a História Ambiental e a História dos Rios.

1.1. Os rios têm história?

Estudos sobre os rios podem ser recentes para a historiografia, mas, há pelo menos dois séculos, as águas do Brasil vêm, sistematicamente, recebendo naturalistas, políticos, aventureiros e cientistas, muitas vezes imbuídos por forte sentimento e práticas coloniais. Por vezes, as viagens poderiam ser apenas fruto de uma curiosidade acadêmica e diletante, mas, não raro, governos ao redor do mundo, desde a época moderna, financiaram expedições para a região amazônica. Os estudos e os relatórios produzidos com essas viagens retrataram os contatos com povos desconhecidos, as dificuldades para a sobrevivência na natureza e toda a exuberância de uma biodiversidade surpreendente, permitindo que novos imaginários sobre o Novo Mundo (re)despertassem o interesse pelo exótico e alimentassem, desde o século XIX, um sistema capitalista baseado na ideia de progresso e de utilização racional dos recursos da natureza.⁹

Mesmo o rio Tocantins, famoso pelas suas grandes e imponentes cachoeiras, desde o século XVIII, passou a ser representado a partir de seu potencial para a mineração, navegação, extrativismo ou agropecuária, a depender da extensão em que o viajante se encontrava, e assim funcionava para os demais rios amazônicos. A teia fluvial formada por esses rios permitiu, ao longo dos séculos, que houvesse uma conexão entre as mais diversas regiões da América Latina. Nesse sentido, se por um tempo, pensou-se a história das colônias e dos Estados Nacionais a partir das instituições, das forças políticas e dos grandes homens, nos últimos anos, pesquisadores da História, em uma intensa interdisciplinaridade, buscam (re)entender a formação dos Estados Nacionais e das sociedades a partir das redes e caminhos fluviais que compõem uma regionalidade e sua relação com o mundo.

⁸ *Ibidem*, p. 130.

⁹ COSTA, Kelerson Semerene. A formação da Amazônia e seu lugar no Brasil. IN.: TOLEDO, Marleine P. M. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004, p. 202-251.

A História Ambiental, desde a década de 1970, quando começou a se firmar como um campo historiográfico, buscou compreender as múltiplas categorias que pertencem à Natureza e aos rios, pois neles estão constituídos o pensamento social, econômico, político, espacial e cultural. Pensar as relações entre História e Natureza implica superar a velha dicotomia homem *versus* natureza e perceber as interrelações existentes entre um e outro. Com isso, os novos estudos consideram os rios em si mesmos, em sua materialidade biofísica e sociotécnica, pois é ela que pode elucidar o caudal de comunicações sociais, culturais e econômicas tecidas no ritmo das águas. É a partir da materialidade dos rios que podemos identificar as diferentes concepções e necessidades dos sujeitos socioambientais que deles fazem parte, tornando os rios ao mesmo tempo fenômenos materiais e ecológicos e espaços de poder e de disputa política.¹⁰

Assim como os campos de pesquisas para a história demográfica e a história econômica receberam fortes influências de movimentos sociais, as discussões sobre História Ambiental foram instigadas pelos ambientalistas crescentes na década de 1970. Contudo, como aponta o historiador José Augusto Pádua, as reflexões e preocupações com a natureza estavam presentes nos estudos de cientistas e naturalistas europeus desde, pelo menos, o final do século XVIII.¹¹ Nesse sentido, é possível afirmar que a natureza ocupou um lugar proeminente na construção do pensamento moderno, ainda que fosse para a defesa da dinâmica capitalista segundo uma visão utilitarista que confrontava os seus limites e que, em algumas situações, contribuiu diretamente para a destruição das condições materiais fundamentais da existência humana e de outras espécies.

Os estudos desenvolvidos para a compreensão da Natureza no mundo ocidental demonstraram, por exemplo, que desde a Antiguidade clássica, os homens se questionavam se ela era dotada de sentido e propósito e se era capaz de exercer influência sobre a vida humana. Ao reconhecer que as sociedades humanas constroem suas instituições e suas estruturas político-culturais em interação com espaços compostos de uma vasta diversidade biológica e geológica, fica claro que as sociedades, ao longo dos anos, manifestaram práticas materiais, representações e concepções referentes à Natureza e a tudo que está relacionada a ela. Nesse sentido, considero importante pontuar que, ainda que as reflexões propriamente ecologistas remetam apenas a década de 1970, naturalistas, filósofos e pensadores políticos dedicaram-se a entender as dinâmicas ambientais e as consequências da ação antrópica sobre as biotas desde muito antes.

¹⁰ PÁDUA, José Augusto, CHAMBOULEYRON, Rafael. Dossiê: rios e sociedades. Movimentos dos rios/movimentos da história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, nº 81, 2019.

¹¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68), p. 83, 2010.

Todavia, destaco que o próprio conceito de natureza passou por reformulações ao longo da história. Em uma concepção clássica, a natureza era entendida como uma combinação entre simplicidade e poder conceitual; as coisas naturais que, segundo a percepção humana, se apresentavam como a natureza, compreendiam matérias e formas. Elas existiam por si mesmas e continham em si mesmas o princípio do seu movimento e repouso. Ainda, é possível identificar a ideia de natureza como um eixo conceitual para ampliar o entendimento humano sobre o universo, especialmente se o conceito for utilizado enquanto oposição à ideia de ser humano e cultura humana para dar a estes alguma especificidade.¹²

É um fato incontestável que sociedades ao redor do globo estreitaram suas relações com os rios ao longo dos séculos, seja a partir de uma questão de mobilidade, de territorialização, para o exercício de práticas culturais ou para a exploração econômica. Sem uma existência material, seja de um rio, de uma onça ou de uma planta medicinal, também não existiriam as dimensões simbólica e cultural. Os rios podem ser marcadores significativos tanto da localização geográfica de uma comunidade como das formas como sociedades humanas constroem suas vidas cultural, social e econômica em um lugar. Os rios estão na ponta de uma longa e trêmula linha na qual é possível observar a construção de uma comunidade inteira. Dessa forma, os rios podem ser entendidos e representados como a própria extensão e continuidade da vida amazônica. O mesmo rio que traz a vida, contudo, pode ser o veículo da morte e da ruína, como percebeu pioneiramente o historiador Victor Leonardi.¹³

Para Pádua, a questão ambiental na modernidade não diz respeito apenas às consequências decorrentes das transformações urbanas e industriais com o desenvolvimento dos grandes centros metropolitanos e das Revoluções Industriais, mas relaciona-se com todos os processos macro-históricos anteriores aos séculos XIX e XX e que estão intimamente conectados com a construção histórica das dinâmicas entre o homem e a natureza. Dentre os temas importantes à História, por exemplo, pode-se compreender como se deu a afirmação da ciência como modelo privilegiado e universal de explicação do mundo natural.¹⁴ Sobre essa última questão, abordarei ainda neste e no último capítulo como o discurso científico, objetificante da natureza, foi utilizado para desqualificar os conhecimentos e práticas humanas diversas que viviam tradicionalmente nos arredores da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

¹² *Ibidem*, p. 86-87.

¹³ LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, Paralelo 15, 2013.

¹⁴ PÁDUA, As bases teóricas da história ambiental, *op. cit.*, p. 83-84.

1.2. Um rio e suas facetas

Como expus anteriormente, o rio que ocupa a análise histórica dessa monografia é o Tocantins. Mais precisamente, o baixo Tocantins, na região próxima a Tucuruí e de outros municípios que foram atingidos direta ou indiretamente pela construção da Usina. Na segunda metade do século XX, o Estado brasileiro buscou reconfigurar os rios e enquadrá-los a partir de interesses privados e corporativos ligados ao capitalismo nacional e internacional: a transformação simbólica e econômica da água em “recurso natural” por excelência. Construiu-se, portanto, uma nova linguagem para fortalecer e reafirmar a lógica produtivista e de exploração radical da natureza.

Nesse sentido, os rios, ao lado das terras, tornaram-se os principais objetos das políticas de corte nacional-desenvolvimentista, de colonização e de extrativismo para a região amazônica durante a ditadura civil-militar (1964-1985). As pesquisadoras Iane Maria da Silva Batista e Leila Mourão denominaram essa fase da história recente dos rios de “hidronegócios”, fazendo menção a um processo de comoditização da água.¹⁵ Com efeito, mais do que uma fronteira geográfica, o rio Tocantins pode ser entendido segundo uma concepção de fronteira que concebe o espaço fluvial a partir das disputas políticas coloniais nele encetadas. Trata-se de uma fronteira associada à guerra e à barbárie na qual a violência prefigura uma espécie de necessidade, legitimadora do avanço dos colonizadores para a conquista e a civilização dos povos originários.

Esse discurso buscou determinar e construir a existência do Outro à semelhança das concepções sociais, políticas e culturais daquele que o fabricou, afinal, era tudo o que conheciam. Os dispositivos coloniais criaram o selvagem, o Outro, submetidos a um processo de reificação para serem incorporados violentamente ao sistema. Nesse sentido, a fronteira é mais do que uma fronteira física, pois é também social e cultural. Por outro lado, é uma zona porosa onde se operam as mudanças mais radicais, um espaço de circulação que gera as condições para que os agentes tenham fluidez em suas ações e negociações.¹⁶

O rio Tocantins pode ser entendido, historicamente, como essa região de fronteira biofísica e política em que os colonizadores, os agentes do Estado e a classe dominante reproduzem e impõem suas hierarquias, seus sistemas de poder e as suas lógicas institucionais

¹⁵ BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, nº 81, 2019.

¹⁶ BOCCARA, Guillaume. “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje em Tiempos de Globalización”, *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, Debates, 2001.

para a constituição e o estabelecimento de um tipo de sociedade em detrimento de outra, pois a que habita a fronteira não condiz com os princípios fundadores de uma sociedade colonial católica e, mais recentemente, de uma sociedade moderna capitalista. Apesar disso, inevitavelmente, a fronteira é o espaço de múltiplos agenciamentos e de relações complexas envolvendo seus diferentes sujeitos.

A partir da concepção apresentada de que o rio Tocantins pode ser representado enquanto uma região de fronteira, e ao compreender que, na materialidade dos rios, estão presentes disputas por domínios políticos e regionais que podem levar ao fortalecimento ou à fragilidade do poder do Estado, é possível estabelecer a discussão principal deste capítulo: a ideia da água enquanto um “comum”. Considero a importância dessa abordagem ao analisar o rio Tocantins dentro do contexto da ditadura civil-militar brasileira e na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Pará, pois são com as condições materiais e as dinâmicas político-econômicas particulares do período que tornaram possível articular a ideia de “comum” para refletir sobre o rio e a transformação de suas condições biofísicas e socioculturais a partir do final da década de 1970.

Dessa forma, utilizarei o livro de Pierre Dardot, um filósofo, e Christian Laval, um sociólogo, *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, pois para o intuito deste trabalho, interessa-me principalmente a concepção dos autores de que a ampliação da ideia de propriedade privada com a expansão da mercantilização acarretaram em um segundo movimento de “cercamento dos comuns”, no qual ocorreu o açambarcamento de terras, águas e outros recursos naturais sem a consulta às populações locais e com o poder massivo do capital internacional e do Estado, reproduzindo a mercantilização da terra na Europa do século XV.

O termo “comuns”, no plural, enquanto uma resposta ao capitalismo, aparece nas contestações de grupos e movimentos sociais nos anos 1990. Os movimentos defendiam uma alternativa ao capitalismo que concebesse uma nova forma de existir no mundo que não fosse através da apropriação privada da vida humana e da natureza. “Comuns” ou “bem(ns) comum(ns)”, dentro das contestações, envolvem práticas, lutas, direitos e novas formas de viver que buscam combater o lucro, a exploração radical da natureza, as privatizações e a mercantilização. Para os autores, contudo, é no início do século XXI que “comum”, no singular, tornou-se uma categoria política para as discussões do anticapitalismo contemporâneo.

As mobilizações políticas usaram como referência o termo “*commons*”, uma referência à forma como se deu o processo de apropriação das terras comunais e o fim dos direitos

consuetudinários na Europa rural durante o cercamento dos campos.¹⁷ “Comum” designava o conjunto de regras que permitia a um grupo de camponeses o uso coletivo de florestas e pastos mas, depois de algum tempo, passou a compreender aquilo que poderia ser alvo de privatização ou de um processo de mercantilização e de destruição pelo capitalismo. Dessa forma, os movimentos políticos utilizaram-se do termo, como dito anteriormente, para além de criticarem o capitalismo, defenderem a recuperação coletiva dos recursos.

De acordo com Dardot e Laval, desde os anos 50 que a teoria econômica entende que alguns bens seriam da apropriação privada, por natureza, enquanto outros seriam da ação estatal. Essa lógica defende que o Estado deve ter a função de proteger a propriedade dos bens privados e fornecer os bens públicos. A diferença entre um bem público e um bem privado reside nas qualidades e nas características específicas de cada um; o público têm características que naturalmente levariam à sua produção pelo Estado ou por organizações sociais, pois conseguiriam exercer disciplina para garantir a produção. Uma das funções do Estado, então, seria velar pela alocação dos recursos econômicos e isso obrigaria que ele fizesse a produção de bens que não poderiam ser produzidos pelo mercado, pois atendem aos interesses privados.¹⁸

Um bem é exclusivo quando aquele que o produz, pelo direito de propriedade, pode impedir que alguém que se recuse a comprá-lo pelo preço exigido tenha acesso a ele; quando um bem é rival, significa que a sua compra por um sujeito diminui a quantidade desse bem disponível para outros indivíduos. Quando essas duas características se juntam, cria-se bens mistos como os “bens comuns” que são não exclusivos e rivais. De acordo com os autores, “bens comuns”, dentro de determinados princípios econômicos, são bens em que o acesso praticamente não se pode proibir ou restringir, exceto quando há uma definição de regras de uso.¹⁹

A ideia, nesse sentido, não é pensar os “commons” a partir de uma lógica coletiva autogovernada, mas sim como relações sociais entre indivíduos que exploram recursos em comum e que seguem regras de uso, de compartilhamento ou de coprodução. De acordo com Dardot e Laval, o paradigma dos comuns não considera como fundamento básico os mercados, os contratos e o sistema de propriedade, mas sim regras e mecanismos sociais que permitam aos sujeitos dessa relação a oportunidade de compartilhar o controle dos recursos.²⁰

¹⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Exalar. São Paulo: Boitempo, p. 79, 2017.

¹⁸ *Ibidem*, p. 114-117.

¹⁹ *Ibidem*, p. 119.

²⁰ *Ibidem*, p. 122-123.

Os autores pontuam que essas regras não se confundem com as que são determinadas pelo Estado, porque os indivíduos as utilizam nas ações do cotidiano. Acredito que seja, também, porque elas funcionam e são estruturadas a partir de um sistema político cultural que faz sentido para aquela comunidade. Sociedades ao redor do mundo arquitetaram formas e estruturas coletivas para a criação de mecanismos em busca de uma lógica de cooperação e que permitisse a exploração de recursos naturais segundo uma adaptação dos sujeitos às diferentes condições de produção.

A definição das regras por uma coletividade, segundo a premissa de que é necessário considerar os limites do grupo, os procedimentos de estabelecimento das regras e a própria atividade de produção, permite que haja as condições materiais para uma gestão coletiva que busque atender às necessidades daqueles que determinaram as regras. Os recursos são geridos de uma forma que a distribuição de direitos entre os envolvidos possa ser uma prioridade, sem interferir negativamente na reprodução do recurso.

Como qualquer outro termo formulado através da linguagem e que é marcado por uma construção histórica, a ideia do “comum” não nasce apenas entre o final do século XX e o início do século XXI. Apesar de já ter sido usado como um adjetivo para indicar o “bem comum” como aquilo que todos poderiam clamar para si ou ainda como um sinônimo de relação harmoniosa com o outro e com o meio, fato é que existem sociedades ao redor do globo que estão refletindo sobre a Natureza e sobre novas formas de estar no mundo. Existem civilizações mais antigas do que a própria expansão do capitalismo e seria um erro assumir que todas as estruturas socioculturais existentes se articulam segundo uma lógica de acumulação e de produção. O intuito deste trabalho não é, contudo, romantizar outras formas de coletividade e de sociedades, mas sim identificar, a partir da linguagem e das representações dos diferentes agentes, o “comum” no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Ao assumir que existem coletividades que possuem outras formas de organização social e outros princípios, diferentes do capitalismo, para se articularem com o outro e com o meio, torna-se perceptível os embates sobre os usos e o controle da Natureza. Enquanto existirem formas de vida que contestam um sistema hegemônico, a mera existência dessas sociedades configura-se como “o calcanhar de Aquiles” do capitalismo, pois seriam a barreira material e simbólica da constituição e do fortalecimento do sistema. Se, por um lado, existe uma modernidade em que as relações sociais são estruturadas para a ampliação de uma organização capitalista de produção e controle da riqueza e domínio da Natureza, por outro, existem modos de vida, considerados muita das vezes como “tradicionais”, que são oprimidos e reprimidos de forma sistemática na dinâmica do mercado para alcançar o caminho que Echeverría chama de

“grau zero” da identidade humana moderna. Esse “grau zero”, de acordo com o filósofo, cederia lugar na história para a identidade nacional.²¹

Nesse sentido, essas comunidades, precisamente desde a expansão do capitalismo, foram alvos de ideologias políticas que afetaram seu bem-estar material, a segurança, a liberdade e a própria identidade. Suas contestações acerca da lógica de produção, da circulação, da distribuição e do consumo de bens e serviços, e suas propostas de transformação radical das concepções e linguagens convencionais do desenvolvimento e, sobretudo, do progresso, permitem que outras vozes sejam analisadas e interpretadas pelas ciências sociais, o que leva a própria relativização das concepções hegemônicas da ciência moderna.

Para uma melhor compreensão das relações entre os diferentes sujeitos que fazem parte desse processo e a partir do contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, adotei o conceito de campo científico em que ele é, ao mesmo tempo, um arauto de afirmação e o espaço de luta pelo monopólio da autoridade e da competência técnica e cultural. Nele, define-se e legitima-se a capacidade de um determinado agir dito moderno, ao passo que todas as demais formas de conhecer e experimentar o mundo são reclassificadas como “saberes populares”, o que efetivamente representa a desqualificação e deslegitimação de tudo aquilo que não pode ser enquadrado como “cientificamente controlado”.²²

Portanto, essa concepção de “comum” é exatamente a que gostaria de propor ao analisar e refletir sobre as relações criadas e estabelecidas entre as comunidades que viviam próximas ao rio Tocantins durante as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Através das análises das fontes selecionadas, creio que seja possível identificar a disputa que havia entre os diferentes sujeitos não somente pelos usos materiais do rio Tocantins, mas como também pela definição política da ideia de “comum”. Durante a ditadura civil-militar brasileira, construiu-se um projeto de governo que não condizia com os interesses e as necessidades das populações ribeirinhas, dos pequenos agricultores, das sociedades indígenas e dos quilombolas. Por outro lado, essas sociedades habitavam a região do Tocantins há gerações e determinaram para as suas vivências uma forma de “comum” que não correspondia e não era condizente com as demandas da modernidade capitalista imposta violentamente.

²¹ ECHEVERRÍA, *op. cit.*, p. 146.

²² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

Para melhor elucidar a questão segundo a qual a água é uma categoria de “comum”, utilizarei o trabalho realizado por Malena Castilla e Mariana Schmidt²³ sobre o norte da Argentina ao final do século XX. O argumento das autoras é de que a expansão da fronteira agroindustrial e a implementação de projetos de integração regional foram possíveis porque houve um processo gradual de grilagem de terras e de outros bens comuns, como a água e as florestas, sob o argumento do desenvolvimento econômico regional. As transformações territoriais e ambientais como consequência do avanço do agronegócio levaram ao acesso e à distribuição desigual dos recursos hídricos entre os sujeitos que disputavam pelo seu uso.

Ao norte da Argentina, encontra-se uma grande floresta chamada *Gran Chaco* que, assim como a Amazônia, ocupa um lugar especial na construção do imaginário social. Presente também nos territórios da Bolívia, do Paraguai e do Brasil, a floresta foi alvo de uma construção ideológica, advinda de uma herança colonial, para tornar possível o avanço violento do Estado e do capital internacional. O *Gran Chaco*, então, é identificado como uma região desértica e fronteiriça habitada por selvagens, assim como a Amazônia. Já no final do século XIX, o Estado argentino se mobilizou para instituir as fronteiras simbólicas e materiais segundo a lógica ocidental civilizadora.²⁴ É precisamente porque os nascentes Estados nacionais compreendiam o valor econômico dessas regiões que uma nova linguagem foi estabelecida para a colonização e a exploração dessas fronteiras com suas transformações em espaços vulneráveis para o avanço da modernidade capitalista.

De acordo com as autoras, entre o final do século XX e início do século XXI, houve um novo processo de apropriação espacial, com o avanço das fronteiras extrativistas realizado pelo Estado e por empresas privadas. Com as políticas públicas financiadas pelo capital internacional, observou-se o “*acaparamiento*”, a apropriação e o controle das extensões de terras e dos respectivos direitos de uso desses recursos pelos grupos dominantes e pelos agentes estatais. O uso, o acesso e o controle das terras e da água passaram a ser feitos de forma excludente pelos sujeitos envolvidos nesse processo, o que impactou no uso e na distribuição desigual dos recursos hídricos.²⁵

Da mesma forma que os historiadores ambientais apontaram para o surgimento dos “hidronegócios” na Amazônia, Malena Castilla e Mariana Schmidt buscaram entender como se dava as dimensões dos conflitos entre os agentes para o controle material e discursivo da água

²³ CASTILLA, Malena; SCHMIDT, Mariana. “Se quedan con todo, no nos queda nada”. *Acaparamiento de Tierras y Aguas en la Región Chaqueña, Provincias de Chaco y Salta (Argentina)*. HALAC - *Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 11, n. 3, 2021.

²⁴ *Ibidem*, p. 179.

²⁵ *Ibidem*, p. 180.

na Argentina dos séculos XX e XXI. Além dessa discussão, o que torna esse debate tão interessante é que as pesquisadoras determinam a correlação entre a apropriação das terras com a apropriação da água. Um não poderia ser feito sem o outro, especialmente ao considerar que a terra, muitas das vezes utilizada para a agricultura e para a pecuária, necessita de fontes hídricas seguras para a existência e a expansão desses negócios.

Assim como em Salta e em Chaco, regiões da Argentina estudadas por Castilla e Schmidt, onde a água foi utilizada majoritariamente para sustentar um modelo agroexportador em larga escala e para a acumulação de capitais com o aval de organismos estatais, em detrimento de pequenos produtores e das comunidades indígenas, a água do Tocantins seria utilizada, majoritariamente, para abastecer as indústrias de alumínio para o mercado internacional, depois da construção da UHE de Tucuruí.²⁶ As obras executadas na região não contemplaram as necessidades e nem reconheceram os históricos de modos de uso e de vinculação da população local com os “comuns”. Os saberes advindos da experiência e da oralidade foram desprestigiados diante de um saber técnico.

À luz das discussões apresentadas neste capítulo, gostaria de analisar dois documentos que dizem respeito à construção da Hidrelétrica de Tucuruí. O primeiro documento é uma carta escrita pela Eletronorte, empresa responsável pelas obras e seus desdobramentos, ao bispo da Prelazia de Cametá do Tocantins, Dom José Elias Chaves. A carta data do dia 29 de junho de 1984 e encontra-se no Dossiê coligido em 1989 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), regional norte II. O Dossiê pode ser encontrado no site do Instituto Socioambiental (ISA).

O segundo documento trata de uma assembleia realizada entre os dias 15 e 18 de outubro de 1986 na Comunidade de Aranquebaua, no município de Baião, no Pará. Nessa assembleia estiveram presentes os moradores e trabalhadores de municípios que foram atingidos direta ou indiretamente pelas obras da Usina, além de um representante da Engevix, empresa contratada para colher os relatos dos problemas e das demandas da população. O documento é uma transcrição de uma fita de áudio e pode ser encontrado no site da Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Começarei, então, pelo documento da Eletronorte. A carta começa fazendo referência a um escrito do Bispo que foi endereçado à população e às autoridades, depois remetida à empresa, com críticas e reclamações que, segundo a empresa, já haviam sido respondidas. A Eletronorte pareceu se incomodar com a afirmação de que os acordos feitos entre os colonos e a empresa estavam sendo cumpridos pela metade, pois deixou claro que “só com a realização

²⁶ O capítulo 02 tratará, dentre outras coisas, sobre a influência do capital internacional e as indústrias de alumínio na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

dessa obra é que inúmeros outros benefícios foram postos à disposição da população local”. A empresa, então, passou a enumerar vários feitos, como a “casa condigna” para quem morava em “taperas de pobreza” ou os novos núcleos urbanos reconstruídos que “nada guardam em comum com os núcleos desativados, que nem sequer eram dotados do mínimo indispensável”.²⁷

Depois, a empresa afirmou estar perplexa com a afirmação do Bispo de que a “comunidade científica” estaria advertindo do risco que a região poderia enfrentar com o enchimento do reservatório da Usina. Para contestar a informação e em uma clara disputa sobre quem detinha a legitimidade do conhecimento científico, foram enumerados todos os institutos e universidades do país que haviam trabalhado com a Eletronorte, desde o Butantã até a Universidade de Brasília. Não satisfeita, a Eletronorte pontuou que os melhores cientistas e pesquisadores, a “elite brasileira nos seus respectivos campos de ciência”²⁸, estavam dando suporte às obras, o que só poderia significar que aqueles a quem o Bispo fazia referência não tinham nenhum conhecimento ou legitimidade.

Em seguida, foram apresentados os dados, os conhecimentos e as informações coletadas ao longo das pesquisas realizadas pela empresa para que não houvesse outras contestações. Ao mobilizar esses aspectos, a Eletronorte estava em busca de definir o seu lugar enquanto detentora legítima do conhecimento técnico sobre Tucuruí. Para tratar do rio, a empresa fala sobre o enchimento do lago da Usina que duraria aproximadamente 60 dias, podendo o nível da água a jusante da barragem sofrer redução, mas garantiam que o rio não ficaria seco. A Eletronorte disse, ainda, ter elaborado programas de estudos para analisar as consequências do fechamento da barragem, que apontavam que o nível d’água dependia diretamente da vazão do rio Amazonas; se a vazão fosse normal, o nível do Tocantins até a barragem poderia ser maior.

A empresa seguiu reafirmando que os estudos indicavam que não haveria problema algum no rio, seja de salinização ou no que diz respeito à navegação. Asseguravam, ainda, que caso ocorresse algum problema, já existia um plano de emergência que contemplava formas de abastecimento d’água, assistência médica com campanha de vacinação e postos de saúde, e abastecimento com estocagem e cestas de alimentos.²⁹ Por fim, a carta segue para a discussão sobre o afogamento da floresta e os estudos sobre os peixes do rio Tocantins.

Assim como no assunto anterior, a Eletronorte sustentou seus argumentos a partir das conclusões feitas por cientistas e pesquisadores sobre os estudos ecológicos da região da Usina.

²⁷ Carta ao Bispo da Prelazia de Cametá do Tocantins, Dom José Elias Chaves. 29 de junho de 1984. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 165, 1989.

²⁸ *Ibidem*, p. 166-167.

²⁹ *Ibidem*, p. 168.

Eles apontaram que, desde 1980, a Eletronorte manteve um convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e que foram feitas “várias pesquisas e experiências que demonstraram que a tão falada degradação de massa verde no caso de Tucuruí será lenta, levando vários anos para se decompor”.³⁰ O desmatamento da área da barragem, inclusive, não seria indicado, pois levaria a problemas de erosão. Em seguida, apresentaram dados técnicos sobre a alta da vazão do Tocantins durante a seca e durante a época de chuva para corroborar com a conclusão de que haveria a cada dois meses renovação das águas do reservatório, impedindo quaisquer consequências negativas na qualidade da água.

O último ponto que gostaria de apresentar sobre a carta diz respeito aos estudos apresentados da ictiofauna. De acordo com a empresa, as espécies estudadas teriam condições de se desenvolverem no lago, mas não explicaram o porquê. Teriam sido analisadas 300 espécies de peixes para entender os hábitos alimentares, as migrações e a reprodução dos peixes do rio Tocantins; “foi um estudo pioneiro na Amazônia e de grande interesse científico”. A carta é finalizada com a afirmação de que consideravam as críticas do Bispo “mera desinformação, uma vez que não estão fundados em bases concretas”.³¹

Se, por um lado, a valorização da ciência e da técnica exercem a função de legitimação do discurso da Eletronorte diante das acusações do Bispo, por outro, poderia indicar, também, uma tentativa de criar uma imagem de impessoalidade e neutralidade diante da complexa gestão dos conflitos. Conforme a empresa inicia a análise sobre o rio Tocantins, com os dados e o embasamento advindos do auxílio de pesquisadores, constrói-se essa estrutura discursiva de reafirmação em que a Eletronorte se estabelece como detentora do conhecimento válido, verdadeiro e imparcial sobre o rio. Isso pode ser visto, por exemplo, quando a carta é finalizada com a afirmação de que as acusações do Bispo não tinham bases concretas.

A forma como a empresa apresenta o rio Tocantins dentro da carta também demonstra um distanciamento na relação entre aqueles responsáveis pelas modificações no rio e o próprio rio. A representação da Eletronorte sobre o Tocantins diz respeito ao uso de dados básicos sobre a alta da vazão, o tempo de enchimento do lago e pesquisas empíricas. Ou seja, é uma interpretação impessoal, técnica, prática e momentânea. Há, inclusive, uma tentativa de usar a própria natureza contra si mesma: em um momento, a empresa afirma que o nível da água da barragem até Belém dependerá da vazão do rio Amazonas; em outro momento, eles asseguram que Cametá, um município no Pará, não terá problemas, pois não ocorrerá salinização ou

³⁰ *Ibidem*, p. 169.

³¹ *Ibidem*, p. 170.

problemas de navegação, uma vez que o leito do rio é profundo, então “a situação, dessa forma, será como num período de seca normal do rio, que se repete todos os anos”.³²

Em momento algum da carta a Eletronorte apresenta qualquer informação proveniente dos conhecimentos das comunidades locais, como a respeito das dinâmicas hidrográficas, das variações entre as estações do ano ou mesmo quanto aos alimentos consumidos pelas comunidades ribeirinhas, como os peixes. Inclusive, quando a empresa discutiu a situação dos peixes, base alimentar de muitas comunidades ribeirinhas, o fez sem qualquer recurso aos saberes locais, preferindo escorar-se no que chamou “estudo científico pioneiro” sobre migrações, reprodução e cadeia alimentar dos peixes do rio Tocantins. Não resta dúvidas que muitas dessas informações, fornecidas pelo “estudo científico pioneiro”, poderiam ter sido buscadas também junto aos moradores da região do Tocantins. Contudo, como argumentei neste capítulo, uma das características dos usos da ciência moderna é servir como espaço de exercício do monopólio da autoridade e da competência técnicas frente aos demais saberes e formas de conhecer. Qualquer informação ou conhecimento que as comunidades poderiam compartilhar com a empresa seriam entendidos como “saberes populares”, sem fundamento científico.

Dessa forma, reflito que o rio, para a Eletronorte, está mais próximo do que se entende por um “bem comum” que é revertido em um recurso natural. A construção da linguagem da carta indica que a relação estabelecida com o rio foi a de exploração e dominação, especialmente ao considerarmos a impessoalidade e distanciamento com que o rio e suas populações humanas e não-humanas foram tratados. Não foi demonstrada uma preocupação efetiva com as consequências locais da intervenção sobre aquela dinâmica hidrológica e o rio parece ser observado como mero “recurso natural” a serviço dos grandes projetos econômicos para o desenvolvimento regional e nacional.

Dois anos depois, em uma assembleia realizada no município de Baião, moradores e trabalhadores rurais dos municípios de Igarapé Miri, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Baião e Bagre conversaram e desabafaram sobre a forma como suas vidas foram modificadas após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O principal objetivo da assembleia era recolher as demandas e as queixas das comunidades através de uma empresa chamada Engevix, para que a Eletronorte resolvesse os problemas. Não consta, na transcrição da assembleia, nenhum representante da própria Eletronorte, apenas da Engevix.

A maior parte das reclamações e das preocupações dos moradores presentes na assembleia diziam respeito a qualidade das águas do rio Tocantins. O morador Jefé, de Cametá,

³² *Ibidem*, p. 168.

disse que o “povo de Tocantins” começou a se preocupar quando a barragem foi instalada em Tucuruí e que depois as consequências chegaram “na frente do povo de Tocantins”. Segundo os relatos, a cor da água teria passado por uma forte modificação, saindo de uma água clara e limpa, para uma água preta com excesso de lodo. O senhor Benedito, também de Cametá, se pronunciou dizendo que “o povo agora não pode beber uma água dessa direta do rio. Isso para nós do povo, que vivia tranquilo, foi o desespero”.³³ A partir daí, a água deveria ser fervida antes do consumo, a fim de evitar diarreias. Em um determinado momento da assembleia, o morador Marcão do Bacalhau apontou o avanço da esquistossomose, decorrente do fechamento da barragem, além das doenças provenientes do aumento dos mosquitos na região.³⁴

Além da mudança da coloração da água, os moradores notaram que o peixe e o camarão que eles pescavam acabaram: “o povo da ilha vive completamente numa situação difícil, acabou o peixe que existia, esse peixe que tinha o povo da ilha, e tinha o povo do centro, hoje não tem mais”. O senhor Benedito comentou, ainda, sobre a dificuldade encontrada pela comunidade em usar uma canoa na vazante, pois teria ficado uma “praia de fora” e nenhum outro transporte teria sido proporcionado para aqueles que dependiam do rio como transporte. “Foi feito um grande desenvolvimento para o país, mas uma grande miséria para o povo camataense”.³⁵

É interessante observar que os sujeitos dessas comunidades definiram a si mesmos a partir do rio. A mudança da coloração do rio, que em princípio poderia ser apenas um detalhe para quem mantém relações impessoais com o Tocantins, significou mudanças bem mais amplas para os moradores e uma transformação radical das suas estruturas, tanto a sociocultural quanto a econômica. O mesmo rio que provinha o sustento e a subsistência das famílias era aquele que definia simbolicamente o viver daquelas comunidades. Nesse sentido, a doença que chegou para o rio, com as suas águas escuras, enlameadas e sem peixes, representou graves prejuízos para as coletividades humanas que nele viviam.

Há um relato de um morador de Bagre que revela o impacto social na vida das famílias em decorrência da construção da UHE. No relato, o sujeito narrou que as meninas estavam sendo expulsas de suas casas por seus pais, pois estes estavam desconfiando de suas filhas, assumindo que elas “estão na vida, que estão virando prostitutas”. O motivo da desconfiança era decorrente de uma coceira vaginal que as meninas apresentaram logo após entrarem no

³³ VI Encontro da Lei do Anilzinho. Transcrição de fita de áudio. Comunidade de Aranquebaua, Baião, 15-18 de outubro de 1986, p. 1.

³⁴ *Ibidem*, p. 4.

³⁵ *Ibidem*, p. 2.

Tocantins represado. O morador afirmou que o problema era consequência da barragem de Tucuruí e que outras pessoas sentiam a mesma coceira.³⁶

Um outro assunto debatido na assembleia foi a promessa não cumprida de luz elétrica para a região e a falta de assistência médica. Chicão de Cametá, fazendo menção à quando a barragem foi fechada, disse que a população acreditava que a luz elétrica traria melhorias, mas “quando fecharam, um monte de gente acendeu a lamparina”.³⁷ Em outro momento, um orador não identificado lamentou a miséria do povo cametaense. De acordo com esse orador, “os fazendeiros estão organizados e o povo cametaense fica passando necessidade. Isso faz a lágrima de muitos companheiros cair, porque vê seus filhos com fome que tirava da natureza e hoje não tem”. Ele, como outros presentes à assembleia, reclamava da falta de assistência médica, pois não havia estrutura, médicos e nem vacinas na região para tratar das doenças novas que surgiram em decorrência da construção da Usina.³⁸

Nestes fragmentos, é possível identificar que, ao mesmo tempo em que houve restrições à forma como esses sujeitos acessavam o rio, transformando completamente a relação entre os próprios sujeitos e entre eles e a natureza, houve também o descumprimento de melhorias no acesso à serviços, como de luz elétrica e de atendimento médico-hospitalar. Com o surgimento de doenças desconhecidas até então, em decorrência da construção da UHE, não havia suporte e assistência para que as comunidades tratassem suas enfermidades. Dessa forma, observa-se uma espécie de sintonia entre o sofrimento do rio e o sofrimento desses sujeitos humanos, uma violência silenciosa e contínua. Nesse contexto, é inegável que a representação do rio para essas comunidades aproxima-se da ideia de “comum” discutida neste capítulo, em que há o estabelecimento de relações sociais entre os indivíduos que exploram recursos em comum e a construção de regras de uso e de compartilhamento segundo um sistema político-cultural.

A relação das comunidades com o rio sempre remete ao passado, como uma forma de método comparativo para entenderem o que foi alterado e o que permaneceu. Para esses sujeitos, a maior mudança veio através da construção da Hidrelétrica de Tucuruí pois, até o início das suas obras, não havia ocorrido nenhuma alteração no ambiente ou no meio social dessas comunidades que justificasse ou explicasse as tragédias recentes em suas vivências. Com as obras, o uso, o acesso e o controle da água passaram a ser feitos de forma excludente pelos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, sendo que os mais desfavorecidos foram exatamente aqueles que mais precisavam do rio Tocantins.

³⁶ *Ibidem*, p. 3.

³⁷ *Ibidem*, p. 6.

³⁸ *Ibidem*, p. 7.

CAPÍTULO 2

O sul e sudeste do Pará na ditadura civil-militar brasileira: colonização, desenvolvimento e os conflitos pela terra.

A terra nos criava e nos consumia ao longo do tempo, tudo, seguindo um processo natural, aquilo era para a nossa gente. (...) Mais eis que de repente nosso sonho se transformou em insônia.³⁹

Neste capítulo, irei abordar um panorama geral sobre os governos finais da ditadura civil-militar brasileira, bem como sobre as políticas específicas criadas para a região do sul e sudeste do Pará, que permitiram as condições materiais para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 1975. Em relação ao regime, o foco está principalmente nos últimos anos do governo Médici, com o chamado “milagre econômico”, até o final do governo Figueiredo, em 1984, quando a crise econômica grassava a credibilidade política do regime perante seus antigos apoiadores. O objetivo desta monografia consiste essencialmente em realizar um estudo de História Ambiental sobre o rio Tocantins a partir da construção da UHE de Tucuruí e, por isso, delinear os governos militares de interesse para esta pesquisa diz respeito muito mais a um recorte temporal do que a um eixo analítico. Dessa forma, as observações e reflexões contidas neste capítulo, em relação ao regime, serão para a melhor compreensão do contexto socioeconômico do estado do Pará, local de construção da Usina Hidrelétrica, à luz das influências ideológicas e das políticas do desenvolvimentismo conservador do regime militar.

Para o historiador Marcos Napolitano, a política econômica do regime estava inscrita no quadro geral da consolidação do capitalismo no Brasil, tendo passado por pelo menos três fases na política econômica ao longo dos anos. No início do regime, houve uma política de ajuste fiscal e monetário, com mais impostos e um rígido controle salarial. Em seguida, especialmente com o governo de Emílio Médici, ocorreu o que se chamou de “milagre econômico”, com grande endividamento externo e abertura da economia para capitais internacionais. Com a crise do petróleo no início dos anos 1970 e um ambiente de restrições do financiamento privado por falta de liquidez no mercado de capitais externo, o governo de Ernesto Geisel dirigiu esforços para o mercado interno com uma política de substituição de importações. Apesar das possíveis discordâncias entre as implementações das políticas, no

³⁹ Um mausoléu a serviço das multinacionais e em detrimento do povo tocantino. 29 de janeiro de 1983. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 57-59, 1989.

geral, as políticas econômicas do regime convergiam para o reforço dos laços com o sistema capitalista mundial.⁴⁰

Em um contexto internacional de Guerra Fria, com a polarização entre dois regimes políticos-ideológicos e o alinhamento do Brasil contra a expansão soviética, a Escola Superior de Guerra, criada em 1949, foi a responsável por propagar e adaptar os ideais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e com influências da Doutrina Truman. A fundamentação principal da DSN dizia respeito à defesa da segurança nacional para a garantia dos valores liberais-democráticos e anticomunistas no Ocidente; é com ela que surge a ideia de “inimigo interno”. De acordo com Ananda Simões Fernandes, os militares latino-americanos estavam mais interessados na articulação entre desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa. O conceito de soberania foi reformulado para compreender, ao invés de limites e fronteiras geográficas, um caráter político e ideológico. Dessa forma, no caso do Brasil, o conceito de inimigo interno aliado às fronteiras ideológicas, permitiu uma certa flexibilização de ação à medida que qualquer pessoa que pudesse representar uma ameaça à segurança nacional fosse feita um alvo para o regime.⁴¹

No final da década de 1960, a política da Doutrina de Segurança teria adicionado a concepção de desenvolvimento em seus ideais. A Escola Superior de Guerra, por sua vez, adotou a interligação entre a segurança e o desenvolvimento e, em uma adaptação para o cenário brasileiro, essa lógica foi decisiva para a associação com as empresas nacionais e com o capital internacional, bem como para a criação de políticas econômicas que pretendiam um desenvolvimento econômico associado, muitas das vezes, com políticas repressivas.⁴² O planejamento econômico era uma condição essencial para a garantia da segurança nacional.

Ademais, é interessante observar que, de acordo com Napolitano, nos setores de comunicação, transporte e energia, havia um grau muito maior de militarização quando comparado com outros setores da economia. O conceito de militarização, segundo o autor, não é sobre a ocupação total ou majoritária de militares em cargos burocráticos, mas sim sobre a existência de uma tutela militar sobre os projetos econômicos e o sistema político, um controle repressivo do corpo social, a ocupação dos cargos de poder formal e a capacidade de indução e enquadramento dos mecanismos de poder real.⁴³ Para refletir, então, sobre a política energética

⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, p. 150-151, 2020.

⁴¹ FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 2, n. 4, jul-dez, p. 847-848, 2009.

⁴² *Ibidem*, p. 851.

⁴³ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 156.

para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, é preciso considerar tais fatores em sua materialidade.

Em 1968, alguns anos antes da construção da Usina, a economia apresentava um forte crescimento impulsionado pelas exportações de manufaturados e uma alta nas importações de petróleo e de máquinas via empréstimos públicos e privados. Simultâneo a isso, o regime já havia iniciado as construções das obras mais marcantes da ditadura civil-militar, como a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. De acordo com Napolitano, o governo Médici teria mantido uma política semelhante ao governo Costa e Silva, com o aparelhamento militar do Estado para coordenar o crescimento econômico e criação, por exemplo, do Conselho Monetário Nacional, que permitiria uma ampliação da influência do empresariado.⁴⁴

O crescimento econômico, entre os anos de 1968 e 1973, ficou conhecido como “milagre econômico”. Para Marcos Napolitano, foi um momento marcado por um cenário internacional favorável, pois o capitalismo internacional estava passando pelos “Trinta Anos Gloriosos” depois do fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto no ambiente político interno, vigiava o quadro de acirramento da repressão estatal desde o AI-5, de 1968. Nessa conjuntura, de acordo com o historiador, o Brasil precisava realizar obras estruturais, como as hidrelétricas e as rodovias, para “desafogar os gargalos produtivos” e isso, com a urgência exigida, só poderia ser feito mediante o uso intensivo da força do estado.⁴⁵ Contudo, o “milagre econômico” enfrentou um forte abalo em 1973 com a crise internacional do petróleo e uma elevação do preço das matérias primas e dos bens de produção.

Em uma guerra entre os países árabes e Israel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), principal organização responsável pela produção e exportação do petróleo no mundo, formada majoritariamente por árabes, aprovou o aumento do preço do barril do petróleo. O Brasil, nesse contexto, foi fortemente afetado especialmente no setor energético, pois aproximadamente 80% do petróleo consumido no país e que servia ao processo de industrialização nacional, era importado. Em resposta à crise e seguindo a lógica de uma política nacional-desenvolvimentista sob liderança do Estado, o regime optou pela criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em que o foco estaria no investimento para o aumento da capacidade energética do país, na produção de insumos básicos e de bens de capital, bem como na substituição de importações.⁴⁶

⁴⁴ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 161.

⁴⁵ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 162.

⁴⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 261-262, 2019.

Com a crise internacional do petróleo e a aplicação dos ideais de segurança nacional e desenvolvimento, as políticas de ocupação e colonização da Amazônia⁴⁷, uma vez já existentes, se intensificaram. Dessa forma, Leandro Juárez entende que a região amazônica é também uma fronteira de recursos e, com o regime militar, observou-se o avanço do capital internacional e a incorporação da região na divisão internacional das relações de capital e de trabalho. Assim, para o desenvolvimento da Amazônia, houve uma articulação com interesses privados e o investimento em políticas de incentivos fiscais, nas quais as empresas minero-metalúrgicas se beneficiaram.⁴⁸ A região amazônica, portanto, apresentava-se como o lugar ideal para a implementação de políticas econômicas de exploração de recursos naturais, a fim de incorporá-la à economia capitalista brasileira e internacional. Através dos investimentos de grandes projetos de infraestrutura, a ocupação territorial foi viabilizada e, com ela, a expansão da agroindústria e da extração de minerais constituíram-se como os pontos-chaves para o desenvolvimento econômico.

Na Amazônia Legal, que recebeu parte significativa dos grandes projetos da ditadura, me interessa especificamente o Pará, estado onde foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O sul e sudeste do Pará compreende hoje uma região de 36 municípios localizados ao lado esquerdo dos rios Araguaia e Tocantins. Até o final da década de 1980, contudo, o local era conhecido como sul do Pará, área pertencente ao Bico do Papagaio e que compreendia o norte do Goiás, sudeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e sul do Pará. Entre as décadas de 1970 e de 1980, constatou-se um movimento desenfreado de ocupação da terra nesse estado, facilitado pela construção das estradas durante a ditadura civil-militar em meio às políticas de integração e de segurança nacional. Moradores do Nordeste e do Centro-Sul do Brasil embarcaram nas rodovias TO-336, que liga a Belém-Brasília ao rio Araguaia, e a PA-447, que liga o rio Araguaia à cidade de Conceição do Araguaia. Além dessas, havia também a PA-70 que fazia conexão com a rodovia Belém-Brasília e a cidade de Marabá, e a rodovia Transamazônica.⁴⁹

De acordo com Airton dos Reis Pereira, as terras devolutas do sul e sudeste do Pará, que ficavam às margens dos rios Araguaia e Tocantins, eram majoritariamente ocupadas por

⁴⁷ Refiro-me à Amazônia Legal, definição criada através da lei 1.806/1953 para que houvesse a regulamentação de um plano de aproveitamento econômico da Amazônia através da produção agrícola, da pecuária e da extração de minerais.

⁴⁸ LIBERATORI, Leandro César Juárez. *A memória em disputa: as lutas dos atingidos pela UHE de Tucuruí. Diferentes temporalidades de um grande projeto*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 33, 2019.

⁴⁹ PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 1-3, 2013.

trabalhadores rurais que haviam chegado há anos à região vindos de outros estados. Eram as chamadas terras de ocupação antigas. As terras consideradas como “novas”, longe dos rios, foram ocupadas com a construção das rodovias. Dessa forma, o cenário do Pará entre as décadas de 1970 e 1980 envolvia, principalmente, os conflitos e as violências em relação à terra, não somente porque houve a expropriação de posseiros que residiam nas terras de ocupação antiga, mas como também pelos confrontos entre trabalhadores rurais, empresários e comerciantes pelas terras “novas”.⁵⁰

O incentivo às obras dessas vastas rodovias mobilizou a construção de vilas e povoados ao redor, o que possibilitou o avanço das fronteiras agroindustriais. Segundo Airton Pereira, comerciantes e empresários construíram fazendas para a criação de gado e montaram as estruturas para a exploração de madeira porque tiveram incentivos fiscais dos projetos agropecuários aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Conforme fazendeiros e empresários avançavam pelo sul e sudeste do Pará, trabalhadores rurais, especialmente do Nordeste e de Goiás, também migravam para entrar na disputa pela terra sob a promessa (nunca cumprida) do apoio do governo federal. Entre os anos de 1975 e 1989, a SUDAM teria aprovado 1.199 projetos para o Pará e, dentre eles, 638 eram para a criação de gado, 397 para as indústrias, 96 para os serviços básicos e 68 para a agroindústria. Dentre estes incentivos estatais à agropecuária, privilegiou-se a concessão de terras, créditos e isenções fiscais aos empresários do Centro-Sul do Brasil.⁵¹

Ao mesmo tempo, durante os últimos anos da ditadura civil-militar brasileira, os discursos do Estado definiram um paradigma sobre a valorização do homem do campo, a integração nacional e a redução das desigualdades, enquanto tentavam consolidar as políticas de um desenvolvimento profundamente excludente para a Amazônia. O governo federal dedicou-se especialmente ao processo de migração da população nordestina para a região Norte do país, assentando-os principalmente às margens da rodovia Transamazônica. De acordo com Pereira, a proposta era resolver as tensões e os conflitos referentes à questão agrária no Nordeste e no Centro-Sul enquanto criava-se polos de mão de obra barata para a expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia.⁵²

Através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o objetivo do governo era instalar 100.000 famílias de trabalhadores até 1974, em lotes de 100 hectares, nos Programa Integrado de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba. A cada um que

⁵⁰ *Ibidem*, p. 11.

⁵¹ *Ibidem*, p. 6.

⁵² *Ibidem*, p. 60.

fosse assentado foi prometido, também, serviços médicos, ajuda de custo, créditos bancários e uma casa na agrovila. A política de colonização nesse período poderia ser entendida, ainda, como uma forma de suprimir e reprimir a reforma agrária exigida por trabalhadores rurais organizados desde pelo menos as Ligas Camponesas.⁵³ Ademais, no processo de seleção dos que seriam contemplados pelo PIC, o INCRA teria dado preferência para agricultores do Nordeste pela tensão existente na região e para os agricultores do Rio Grande do Sul, pois entendia-se que eles possuíam conhecimentos sobre a tecnologia moderna para ser usada na região amazônica⁵⁴.

De acordo com Airton do Reis, o PIC Marabá foi implementado entre os municípios de São João do Araguaia e Itupiranga, sendo este último o primeiro a receber a presença do INCRA. Quando foram construir as estradas que estavam no projeto, teriam descoberto que elas passariam no meio de rios e de pântanos. No caso de São João do Araguaia, o projeto de colonização enfrentou problemas que diziam respeito à ocupação da terra, pois a região estava ocupada por posseiros que atravessaram o rio Araguaia entre 1950 e 1960.⁵⁵ Enquanto o INCRA tentava implementar a política de colonização, os moradores presenciavam as suas terras sendo usurpadas ou reduzidas. O interesse pela implementação rápida do projeto nacional-desenvolvimentista conservador, com recurso a violência estatal, suplantou qualquer pretensão porventura existente para compreender as biotas e vivências das comunidades.

A situação não foi a mesma para os fazendeiros que estavam na região, uma vez que as terras ao longo da rodovia entre São João do Araguaia e Itupiranga não foram incluídas nas áreas designadas ao Projeto de Colonização. Além disso, a edição do Decreto-Lei nº 1.164, de 1971, determinou a preservação das propriedades particulares a 100 km de cada lado da Transamazônica para permitir a implementação de projetos agropecuários.⁵⁶ Dessa forma, quando o INCRA e o regime entenderam que a migração de trabalhadores para a Transamazônica não era mais uma prioridade, pois o contingente de mão de obra almejado já havia sido suprido, os projetos voltados ao estabelecimento e a execução de empresas agroindustriais na Amazônia tornam-se a nova prioridade e os migrantes pobres foram efetivamente abandonados à própria sorte. Essa nova fase da colonização foi chamada de Colonização Particular ou Privada, em que o regime militar cedia extensões de terra e incentivos

⁵³ IANNI apud PEREIRA, *Ibidem*, p. 61;

⁵⁴ *Ibidem*, p. 62.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 62-63.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 70.

financeiros aos empresários mais abastados, que, por sua vez, poderiam dividir ou vender os lotes.

O presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, em um discurso de 1974, disse que o foco para o desenvolvimento na Amazônia seria a pecuária e a exploração mineral e madeireira por meio do projeto de colonização com cooperativas do Centro-Sul do Brasil. Além disso, ele afirmou que cabia ao INCRA “canalizar racionalmente” as migrações e oferecer trabalho para beneficiar as empresas e as cooperativas.⁵⁷ Com isso, é possível refletir sobre como a política do regime, através do INCRA, limitou e reprimiu os agenciamentos dos sujeitos que estavam ou foram para essa região, a fim de estruturar um mercado de trabalho que servisse às demandas da produção capitalista que estava sendo estruturada no sul e sudeste do Pará. De acordo com Pereira, os técnicos do INCRA coordenavam os armazéns, as farmácias, as escolas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Porém, em 1974, os trabalhadores já não recebiam mais auxílio com o transporte e nem a remuneração para ajuda de custo.

As políticas do regime foram estruturadas, portanto, de uma forma que tornasse os trabalhadores e os pequenos agricultores dependentes do Estado através do INCRA. Ou seja, a maneira como as terras foram usurpadas e redistribuídas, bem como a concentração de prestação de serviços básicos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram feitas de forma estratégica para tornar esses sujeitos vulneráveis aos projetos do regime, pois não haveria outra opção para uma melhora de vida que não fosse através da submissão às relações capitalistas.

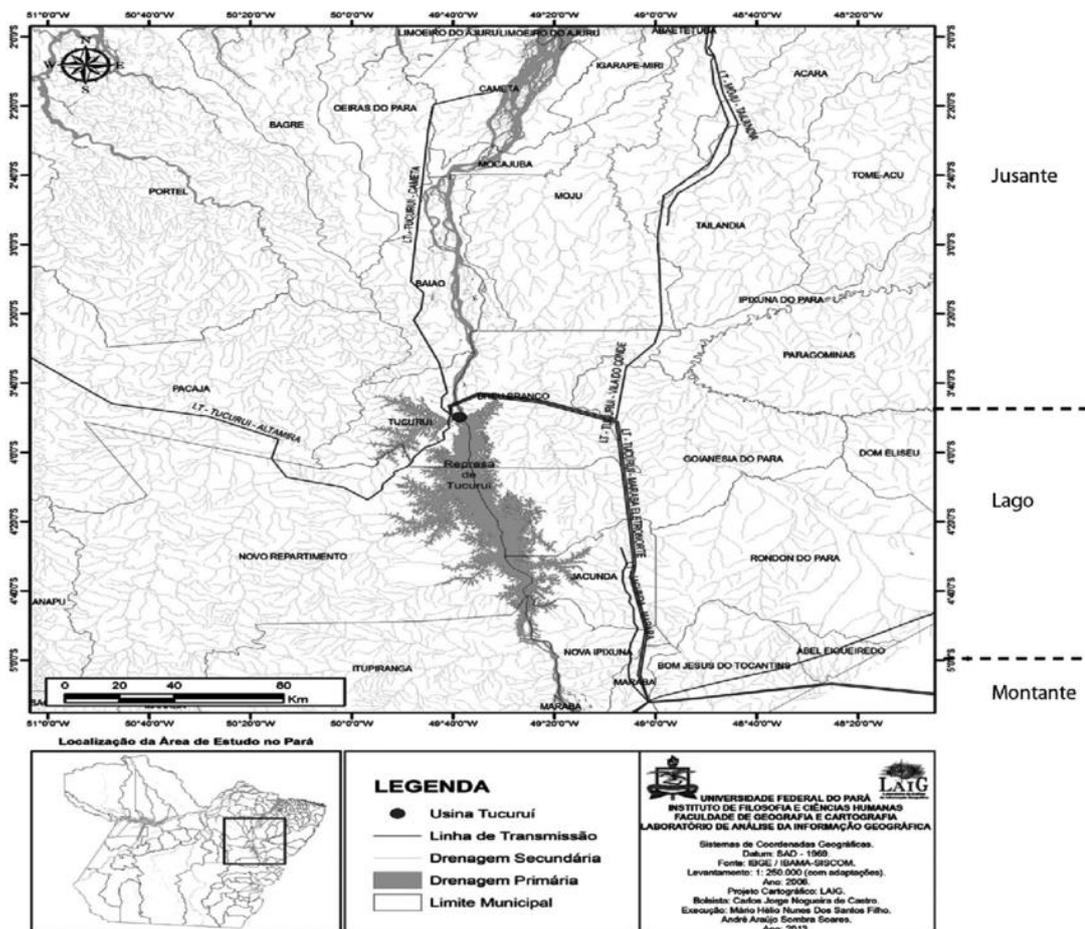
É nesse contexto que se dá a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Devo constatar, contudo, que a viabilidade do projeto foi possível porque houve o investimento massivo para que houvesse a construção das rodovias e o consequente fluxo de migração de trabalhadores com o projeto de integração regional da Amazônia. Sem essas políticas, as condições materiais para a construção da UHE seriam ainda mais difíceis, especialmente porque a proposta de desenvolvimento da economia através de megaprojetos e com uma liderança estatal acontecia em um cenário de crise econômica internacional na qual muitos países viviam graves recessões.

Como expus anteriormente, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída no estado do Pará, a 350 km ao sul da cidade de Belém. As obras iniciaram em 1975 no município de Tucuruí, na bacia do rio Tocantins, como mostra a imagem do mapa abaixo. Antes da construção, a exploração da madeira, a extração da castanha e a exploração de ouro e diamante competiam

⁵⁷ *Ibidem*, p. 71-72.

como as principais atividades econômicas da região.⁵⁸ Sua inauguração deu-se quase 10 anos depois e o enchimento do reservatório decorrente da sua construção inundou uma área de aproximadamente 2.600 km². As consequências da construção desse megaprojeto atingiram, direta ou indiretamente, ao menos sete municípios do Pará, além de Tucuruí. Comunidades de quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e sociedades indígenas que residiam em cidades como Itupiranga, Marabá, Novo Repartimento, Cametá e Jacundá foram desalojadas de suas terras e obrigadas a compartilhar o longo sofrimento do próprio rio Tocantins.

Mapa 1 - Mapa da localização da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, Pará: trecho entre Marabá e Cametá.



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas - LAIG/UFPA, 2013.

Mais do que um projeto para aumentar a capacidade energética do país, o II Plano Nacional de Desenvolvimento era uma estratégia para manter altas taxas de acumulação de capital por substituição de importações, como aquelas de produtos minerais, siderúrgicos,

⁵⁸ CAMPOS, *op. cit.*, p. 267.

químicos e petroquímicos. Para que o Plano atendesse esses objetivos, era necessário que houvesse a correlação entre eles, pois, a partir de uma produção e de uma política energética eficaz é que seria possível o amplo investimento na produção de insumos básicos e de bens de capital. Naquela época, de acordo com Pedro Henrique Campos, empresários japoneses e brasileiros teriam apresentado uma proposta para a construção de uma usina hidrelétrica na região do baixo Tocantins que garantisse o fornecimento energético para exploração da bauxita do rio Trombetas. Com a crise do petróleo, o Japão buscou migrar parte de seu parque industrial para países pobres e com mão de obra e condições de investimento mais baratas. A proposta era atuar no Brasil em parceria com o Estado Ditatorial e com o capital nacional, com financiamento e tecnologia nas minas, nas fábricas de produção de alumínio e em usinas hidrelétricas.⁵⁹

A produção de alumínio e alumina, a partir da bauxita, demandava um consumo considerável de energia elétrica, e na década de 1970 era um produto em expansão no mercado mundial. O presidente à época, Ernesto Geisel, teria assumido que, apesar da pequena indústria que havia em Minas Gerais, não havia energia elétrica suficiente para que fosse implementada a exploração da bauxita às margens do rio Trombetas para a produção de alumínio.⁶⁰ Logo, para aumentar a produção e cessar com a importação, era preciso investir em uma fonte energética que fosse suficiente para a exploração. O abastecimento energético para centros urbanos, antes abastecidos por termelétricas, era um uso secundário e não um uso primordial.

Portanto, os planos de expansão da indústria de alumínio no Brasil, contando com os interesses do capital japonês, tiveram participação essencial no projeto de construção da UHE de Tucuruí. Para a exploração da bauxita, formou-se a Mineração Rio do Norte, que possuía participação da estatal Vale do Rio Doce, da Companhia Brasileira de Alumínio, da Alcan e da Reynolds. Dali, a bauxita seria escoada através das ferrovias e dos rios para as cidades de Belém e São Luís. A maior indústria de alumínio da época era a Albrás, localizada no município de Barcarena; seus maiores acionistas eram a Vale do Rio Doce e a japonesa Valenorte Amazon Aluminiun. A Alunorte, em Belém, também tinha seu capital formado pela Vale e pelo capital japonês. Outra indústria importante, a Alumar, estava localizada em São Luís do Maranhão, com o capital composto pela estadunidense Alcoa e pela Camargo Corrêa. Todas essas fábricas, de acordo com Pedro Henrique Campos, fizeram quadruplicar a produção nacional de alumínio. Fica claro, dessa forma, que a maior parte da eletricidade gerada pela UHE de Tucuruí seria

⁵⁹ CAMPOS, *op. cit.*, p. 265.

⁶⁰ CAMPOS, *op. cit.*, p. 263.

destinada ao consumo dessas indústrias, para o que receberiam generosos descontos. Além de uma redução de 15% no preço de mercado da energia elétrica fornecida pela Eletronorte, o contrato previu o congelamento do preço por 20 anos.⁶¹

Isto posto, considero que o contexto do sul e sudeste do Pará assemelha-se com o que mencionei no capítulo anterior sobre a expansão violenta das fronteiras capitalistas pela presença massiva do estado e das multinacionais. Com as construções das indústrias de alumínio e as políticas desenvolvimentistas de financiamento e de incentivos fiscais para a expansão da agroindústria na Amazônia, é possível apreender que se tratou de um processo estruturado de espoliação e privação de direitos dos sujeitos que residiam no sul e sudeste do Pará. A consequência dessas políticas, portanto, gerou a mercantilização e a privatização da terra e de outros recursos naturais, especialmente da água. Dessa forma, o regime militar criou as condições materiais para que essas comunidades se encontrassem tão vulneráveis e dependentes ao ponto de que a única saída para a sobrevivência fosse a subordinação a uma nova estrutura socioeconômica imposta. Esses sujeitos coletivos, que possuíam modos de vida tradicionais não capitalistas, sofreram com a expulsão violenta de suas terras e com a imposição de uma nova relação com o trabalho, com a terra e com o rio Tocantins.

⁶¹ CAMPOS, *op. cit.*, p. 270-271.

CAPÍTULO 3

“O cerco foi crescendo e então a morte chegou”: as relações de subordinação entre os Atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí e a Eletronorte

Para o início da discussão deste capítulo, gostaria de abordar as análises de José de Souza Martins sobre a vida privada nas áreas de expansão na sociedade brasileira. Segundo o autor, a ocupação territorial do interior do Brasil na modernidade, diferentemente do período colonial em que a renda fundiária não possuía nenhum papel social e histórico, tornou-se sinônimo de relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda e um instrumento para o recebimento de incentivos fiscais.⁶² Enquanto colônia, o rei possuía o domínio sobre a terra e a posse se configurava como apenas concessão da Coroa para outros sujeitos, mas com a Lei de Terras de 1850, de acordo com o autor, unificou-se o direito de domínio e o direito de posse e, a partir disso, a propriedade da terra e a renda fundiária tornaram-se os definidores da forma como se dá a ocupação e a expansão das fronteiras econômicas.⁶³

Com a expansão das fronteiras capitalistas, as já conhecidas culturas políticas coloniais, baseadas no imaginário da fronteira civilizatória, atuaram novamente como legitimadoras da espoliação de indígenas, posseiros e pequenos agricultores, ao passo que ia se consolidando a propriedade privada da terra. Os migrantes nas fronteiras da modernidade capitalista no Pará, no Maranhão e no Amazonas eram, em geral, vítimas da violência dos conflitos fundiários de outras regiões do país. Nesse sentido, para José de Souza Martins, a violência atuou como instrumento, por excelência, da expansão da propriedade privada da terra e desestruturação dos modos costumeiros de viver e produzir na Amazônia. Uma vez que a difusão da propriedade privada se baseia na violência da luta de classes e na expropriação dos corpos e de suas formas de existir, observa-se a desagregação e mesmo destruição de coletividades inteiras.⁶⁴

Segundo Martins, o título de propriedade da terra, nessas regiões de fronteira, muitas vezes possui uma vida jurídica descolada dos fatores reais da terra, legitimando, não raro por meio da grilagem, a propriedade do mais forte e expulsando aqueles que efetivamente possuem as terras, nelas trabalham por gerações e delas dependem. Essas populações, compostas por indígenas, seringueiros, pequenos agricultores, quilombolas e posseiros possuem uma concepção particular sobre o que é o direito à terra; concepções com diferentes significados

⁶² MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCCZ, Lília Moritz (Org.), *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 664, 1998.

⁶³ *Ibidem*, p. 666.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 670.

entre os próprios grupos, mas que guardam em comum o fato do não alinhamento à lógica capitalista. Uma das concepções abordadas por José de Souza Martins é a de que o direito à terra se consubstancia por meio do trabalho sobre esta. Na região amazônica, o autor diz que é comum a utilização de um sinal de ferro para indicar o “amansamento da terra”, o qual significa um direito de posse costumeira reconhecido por outros companheiros da região.⁶⁵

Esse sinal, que indica que alguém trabalhou na terra, determina não uma propriedade privada, mas um direito de uso privado da terra comum. Para Martins, a ideia que prevaleceu nessas regiões fronteiriças é a de que a terra continua sendo concebida como um domínio de todos, um bem comum. Assim, porque existe essa mentalidade, aquele que não possui terra para trabalhar não está excluído do direito de utilizar a parcela atualmente desocupada, mas que, no passado, já fora cultivada por outro.⁶⁶ Ao compreenderem que é o trabalho que gera riqueza, os sujeitos da fronteira teriam adaptado para a coletividade uma ideia de direito envolvendo a terra que não diz respeito ao público ou ao privado. Aqui, se pode identificar as aplicações do conceito de “comum” discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Nesse cenário, cria-se a distinção entre direito gerado pelo dinheiro e o direito gerado pelo trabalho. No primeiro direito, aquele que é pobre só pode ter acesso à terra quando privado de todos os outros direitos e como trabalhador superexplorado.⁶⁷ Já na segunda modalidade, o acesso à terra pode significar a liberdade de existir e produzir. Um sujeito que trabalha e ocupa uma terra na condição de simples posseiro, sem o título de propriedade reconhecido pelo Estado (e pelo dinheiro), estaria violando direitos de propriedade, mas no caso do direito comum gerado pelo trabalho, o crime seria contra a condição humana ao privar alguém de sua subsistência. Portanto, de acordo com José Martins, a vida privada nas fronteiras contemporâneas do Brasil, nessas condições, não seria uma vida de privacidade, mas de privações de direitos fundamentais.⁶⁸

Isto posto, os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, considerados nesta monografia, são todos aqueles sujeitos que, por viverem em uma região de fronteira no sul e sudeste do Pará, às margens do rio Tocantins, tiveram as suas vidas marcadas pela violação de seus direitos fundamentais ao terem seus modos de viver e produzir violentamente interrompidos pela Eletronorte. Como demonstrei, essas comunidades se estruturam a partir de

⁶⁵ *Ibidem*, p. 670-672.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 673.

⁶⁷ Sobre a superexploração do trabalho nas fronteiras amazônicas, cf. GOMES, Angela de Castro & GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

⁶⁸ MARTINS, *op. cit.*, p. 673-674.

estratégias próprias, correspondentes às formas como eles compreendiam a vida ao lado do rio Tocantins. Com a chegada da Eletronorte e com a construção da UHE, uma nova estrutura socioeconômica foi imposta para que fossem atendidas as demandas da expansão do capitalismo na Amazônia. Dessa maneira, os atingidos passaram a viver o “tempo da empresa” e não mais o “tempo da fronteira”, já que as expectativas de indenização justa e de reparação atrelaram os atingidos ao sistema de dependência organizado pelos representantes do Estado, de forma que às comunidades restava subordinar-se à nova realidade imposta ou serem dizimadas pela miséria.

Para exemplificar melhor essa questão, há uma carta assinada pelos “Atingidos de Itupiranga” em 29 de janeiro de 1983 em que observei uma mudança no padrão dos escritos selecionados para a composição do Dossiê. A visão dessa comunidade sobre a relação que construíram com a natureza ganha destaque na maior parte do relato, sendo que a principal reclamação diz respeito ao sofrimento imposto pela presença da Eletronorte. De acordo com o relato, os moradores que viviam às margens do rio Tocantins tinham uma vida simples e sem aflições, pois “a vida palpitava em cada cabana que existia na beira do rio tocantins, nossos sítios oferecia [sic] para a nossa gente, fartura de pratos. A mata era rica, a terra farta. Água e peixe sobravam em fim”.⁶⁹

Os moradores afirmavam que a vida entre eles, na comunidade, apesar das dificuldades, nunca era à custa da miséria dos companheiros, uma vez que “tinham problemas, mas eram solucionados, com rapidez e tranquilidade”. Presumo, dessa forma, que havia estratégias de solução dos conflitos e regras de convivência, bem como do uso compartilhado da terra, das plantações e do rio, a fim de que as relações sociais entre esses indivíduos e o meio não gerassem sofrimento e miséria além do esperado e conhecido. Se, por anos, a conexão dessa comunidade com a natureza era baseada na concepção segundo a qual “a terra nos criava e nos consumia ao longo do tempo, tudo, seguindo um processo natural”, depois da chegada de “homens brancos e equipados de madeira e muitos outros instrumentos”⁷⁰ a conexão sofreu rachaduras e imposições violentas para a construção de uma nova forma de civilização.

Na descrição da chegada da Eletronorte, os moradores disseram que, a princípio, acreditaram ser possível continuar a vida como conheciam, pois não tinham dimensão exata dos impactos que a obra da Hidrelétrica de Tucuruí traria. Porém, “o cerco foi crescendo e então a morte chegou”. Eles declararam que as primeiras indenizações recebidas criaram uma

⁶⁹ Um mausoléu a serviço das multinacionais e em detrimento do povo tocantino. 29 de janeiro de 1983. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 57, 1989.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 57.

expectativa positiva, pois acreditavam ser um valor justo por suas terras tradicionalmente ocupadas. No entanto, logo perceberam que tinham sido “[...] engolidos pelos falsos chefes que dirigem a Eletronorte”; sem nenhum auxílio, teriam aceitado a “quantia irresponsáveis” oferecidas pela empresa.⁷¹ Um pouco depois, os moradores reclamaram da promessa de fornecimento da luz elétrica, pois teriam descoberto que a luz seria, na verdade, destinada a atender demandas de empresas privadas; “começaram roubando nossas terras, nossas casas e, agora vão roubar os minérios”.⁷²

Para refletir sobre a questão da indenização, mencionada pelos moradores de Itupiranga, utilizarei como apoio teórico-metodológico o estudo da socióloga Viviana Zelizer, *The social meaning of money*, no qual é apresentado a categoria de dinheiro especial no mundo moderno. Segundo a Zelizer, o dinheiro é diferenciado não somente pela quantidade, mas como também pelas suas diversas qualidades especiais. São as estruturas sociais e culturais que marcam a qualidade do dinheiro ao introduzirem controles, distinções e restrições. Nesse sentido, o dinheiro não é indiferente aos interesses particulares ou as relações sociais, assim como ele não pode ser entendido como homogêneo e moralmente invulnerável.

A proposta de Zelizer é que se observe os limites invisíveis que emergem das regras formais e informais, responsáveis por regular os seus usos, as fontes, a quantidade e a alocação. O dinheiro é, inegavelmente, moldado pelas estruturas que compõem uma sociedade e, por isso, existe uma pluralidade de tipos de dinheiro. O conceito de dinheiro especial não é uma substituição do que já se entendia sobre a ideia de dinheiro, mas é sobre pensar o dinheiro para além da esfera do mercado, sendo permeado e moldado por valores, sentimentos, gênero e classes sociais.

Para propor o modelo de dinheiro especial, a socióloga primeiro apresenta a interpretação tradicional de dinheiro, o “*market money*” ou dinheiro de mercado. Zelizer cita Georg Simmel, para quem o dinheiro era um símbolo de uma tendência da vida moderna, a redução da qualidade pela quantidade. Diferente de qualquer outro produto, o dinheiro seria a própria negação da qualidade, pois apenas ele é livre de qualquer qualidade e exclusivamente determinado pela quantidade. Uma vez livre de restrições subjetivas e indiferente aos interesses e às relações entre os homens, o dinheiro é entendido como inteiramente intercambiável. Dessa forma, o dinheiro funciona como esse dispositivo, dentro de um mercado racional e impessoal,

⁷¹ *Ibidem*, p. 57-58.

⁷² *Ibidem*, p. 58.

que expressa as relações econômicas entre objetos de uma forma abstrata e quantitativa, sem que esteja inserido nessas relações.⁷³

De acordo com Viviana Zelizer, a interpretação clássica preponderante do dinheiro apresenta algumas suposições, a exemplo da questão de que as características e as funções do dinheiro são definidas estritamente em termos econômicos, logo, é um dinheiro sem qualidade, homogêneo, divisível. Outro ponto é que todos os dinheiros são entendidos como iguais na sociedade moderna, ou seja, só existe um tipo de dinheiro, que é o dinheiro de mercado; podem existir diferenças na quantidade do dinheiro, mas não nos seus significados. Por fim, gostaria de comentar que uma das suposições é referente à dicotomia que estabelecem entre o dinheiro e os valores não pecuniários; enquanto o dinheiro é entendido como essencialmente utilitário e qualitativamente neutro, valores sociais e pessoais são qualitativamente distintos e indivisíveis.⁷⁴

A concepção de que o dinheiro transforma valores é inquestionável, mas a recíproca transformação do dinheiro pelos valores é, de acordo com Zelizer, explicitamente rejeitada. Ao invés de reiterar a capacidade que o dinheiro tem de alterar produtos e relações sociais em algo abstrato e objetivo, a socióloga propõe que o dinheiro seja analisado de uma forma dialética: ao mesmo tempo que ele influencia estruturas sociais e culturais, é também influenciado por essas mesmas estruturas. A proposta teórica da autora, nesse sentido, é aplicar o conceito de dinheiro especial no mundo moderno e analisar de que maneira as estruturas culturais e sociais influenciam o dinheiro ao introduzir controles, restrições e distinções. Para identificar o dinheiro especial, segundo Zelizer, é preciso observar as regras formais e informais de uma sociedade que regulam os usos, a alocação, a fonte e a quantidade do dinheiro especial.⁷⁵

Pensar a partir da categoria de dinheiro especial permite identificar a diversidade de tipos de dinheiro que são moldados por fatores sociais e culturais. O dinheiro de mercado, portanto, deve ser entendido também como um tipo de dinheiro especial, pois ele não está fora da esfera de influência extraeconômica. Analisar o dinheiro apenas a partir de uma lógica de mercado, portanto, não traz visibilidade às nuances e às complexidades das relações humanas envolvidas com o dinheiro. Assim, Viviana Zelizer propõe, para a aplicação metodológica do conceito, as seguintes categorias: os usos do dinheiro, pois há diferentes tipos de dinheiro para

⁷³ ZELIZER, Viviana. The Social Meaning of Money: 'Special Monies'. *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 2, p. 345, 1989.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 347.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 350-351.

usos específicos; os usuários do dinheiro; o sistema de alocação; o controle de diferentes dinheiros, e as fontes do dinheiro, associando diferentes fontes para usos específicos.⁷⁶

Ao utilizar a categoria de dinheiro especial para refletir sobre os múltiplos usos e significados das indenizações que seguiram às desapropriações, compreendo que esse instrumento teórico-metodológico auxilia na identificação de contradições, singularidades e nuances nos discursos da Eletronorte e das comunidades atingidas pela UHE de Tucuruí. Portanto, ao recorrer à essa categoria, é possível constatar o conteúdo das disputas entre os diferentes agentes do conflito, seja para os usos do rio Tocantins, seja sobre o valor simbólico e material da terra.

Para explicar melhor essa questão, utilizarei uma carta produzida pela Eletronorte no dia 07 de outubro de 1981, endereçada ao Bispo da Prelazia de Cametá, o monsenhor José Elias Chaves. De início, a empresa ocupou-se em desqualificar as terras desapropriadas. Alegou que as terras da região da inundação para a construção do reservatório da Usina eram de “pouca expressão econômica”, pois seus ocupantes não possuíam título de domínio e haviam instalado benfeitorias ineficientes e de pouco valor econômico. Concomitante a isso, a empresa apontou que, diferentemente das terras férteis em Itaipu que eram valiosas por estarem entre três países latino-americanos, eram aptas ao plantio de soja e trigo e não possuíam qualquer restrição à atividade humana, as terras em Tucuruí eram “longe desses atributos”.⁷⁷

Em seguida, a Eletronorte afirmou que havia uma avaliação criteriosa para as indenizações, segundo uma tabela com dados atualizados trimestralmente pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, elaborada por “técnicos do Estado do Pará, alheios aos quadros da Eletronorte”. Com isso, uma lista de profissionais com as suas devidas ocupações foi apresentada; alguns trabalhavam para o Ministério da Agricultura e outros para a EMBRAPA, por exemplo. Por fim, a empresa informou que não podia dizer quanto cada cidadão iria receber, mas que a indenização seria “justa, prévia e em dinheiro”.⁷⁸

Constato, inicialmente, que era a própria Eletronorte quem definia os parâmetros do que seria “uma indenização justa”, bem como os critérios da definição de uma terra com “expressão econômica” ou não. A afirmação de que as indenizações seguiam uma tabela do Tesouro Nacional enquadra-se na tentativa da empresa em construir para si e para o dinheiro uma imagem de impessoalidade e neutralidade. Isso fica explícito quando a Eletronorte apresentou

⁷⁶ *Ibidem*, p. 351.

⁷⁷ Carta ao Bispo da Prelazia de Cametá, Dom José Elias Chaves. 07 de outubro de 1981. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 26-27, 1989.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 27.

o corpo técnico responsável pela estruturação do processo de indenização. Nesse sentido, ao definir o espaço da empresa como detentora da tecnicidade (uma verdadeira tecnocracia), somente eles poderiam estabelecer as diretrizes, enquanto que a população local, desprovida de saberes reconhecidos, não teria espaço para opinar o contrário.

Em um dado momento da carta, a Eletronorte informou que uma das formas de indenização era uma “ajuda construção”, feita com pagamentos parcelados, pois, inicialmente, os beneficiários teriam gastado o produto dessa ajuda com “futilidades”.⁷⁹ Como abordei anteriormente, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí atingiu as populações mais vulneráveis dos municípios ao redor: populações ribeirinhas, pequenos agricultores, quilombolas e indígenas. Além de serem vistos como pessoas sem instrução que não entendiam do valor das próprias terras, firmou-se um discurso de que eles não possuíam responsabilidades com o uso do dinheiro.

Há algumas reflexões que gostaria de fazer sobre as contradições do discurso da Eletronorte a partir desse recorte. Se, por um lado, há a narrativa da impessoalidade na destinação da indenização, por outro, há uma indignação fruto do mal uso do dinheiro. O que dá a entender é que, se o dinheiro estava sendo destinado como um auxílio para construções, então esperava-se que ele fosse gasto exatamente dessa forma; a Eletronorte, nesse sentido, além de definir o que é um dinheiro justo, estava definindo também as formas de uso desse dinheiro. Há de se lembrar, ainda, que o trabalho cotidiano dessas populações era visto como tributário de uma economia rudimentar, de subsistência; por isso, suas terras não possuíam valor econômico significativo e eles não detinham do conhecimento necessário para compreenderem as formas corretas do uso do dinheiro.

Ao final do documento, a Eletronorte afirmou que estava atrás do melhor desempenho para corresponder à “tarefa grandiosa” que lhes fora designada.⁸⁰ Mais uma vez é possível observar a variação discursiva na busca pela objetividade pois, se há algo que não representa a neutralidade do dinheiro é a ideia de que se deve atender às expectativas de uma obra majestosa. A empresa, portanto, buscou definir o seu lugar de relevância dentro do cenário da ditadura civil-militar brasileira em um momento de crise do abastecimento energético, tendo ainda a prerrogativa para desapropriar quem quer que fosse um impedimento para a construção da “tarefa grandiosa”.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 29.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 30.

Na próxima carta que eu gostaria de apresentar, endereçada ao Ministro César Cals e escrita pelos moradores da cidade de Jacundá, observei outra percepção sobre o processo de indenização que estava associada com a ideia de injustiça. Sentindo-se desamparados pelas autoridades, pois suas reivindicações eram “respondidas com falsidade e superficialidade, com sofismas e injustiças”, eles escreveram questionando por que as terras do Foz do Iguaçu valiam vinte vezes mais que a indenização que receberam da Eletronorte. Eles lamentaram por não terem a quem recorrer, pois não possuíam o “Poder nas mãos” e as autoridades, por sua vez, eram insensíveis às dores da comunidade. O “povo pobre de Jacundá” afirmou, então, que estava sofrendo “injustiças brutais”, em completa miséria resultado de indenizações ínfimas, enquanto os moradores de Remansão do Centro estariam recebendo terras que “não valem de nada”. Ao fim da carta, eles convidaram o ministro para ir até Jacundá para presenciar “nossos filhos morrerem à mingua pelas milhares de famílias injustiçadas.”⁸¹

É interessante observar que os responsáveis pela carta tentam estabelecer seu lugar de direito dentro das circunstâncias do processo de construção da Hidrelétrica e das indenizações, independentemente do que foi determinado pelas autoridades e pela própria Eletronorte. Eles sabiam bem que suas terras e as suas vidas valiam mais do que queriam pagar-lhes, pois, ainda que não tivessem muitos bens materiais ou que fossem pobres, como destacaram na própria carta, nada justificaria a fome e o sofrimento que estavam passando e a eles imposto sem que houvesse negociação justa entre as partes. Fica claro, com o relato, que a quantia destinada à essa comunidade correspondia apenas aos interesses e necessidades da própria Eletronorte, e não dos moradores que foram atingidos.

Nesse sentido, o processo de desapropriação da terra e o pagamento em forma de indenização violava a própria lógica da livre negociação entre iguais, pregada pelo dito “mercado”, prevalecendo as profundas assimetrias. Em um contexto como o da construção da Hidrelétrica, percebe-se que as populações atingidas não tiveram a plena oportunidade de manifestar suas preocupações e demandas, e isso se concretizou quando foram pagas para abandonarem suas terras sem que houvesse uma contraproposta. Em uma negociação habitual pressupõe-se que há ao menos duas partes em pé de igualdade para que os interesses sejam discutidos e avaliados. No momento em que a Eletronorte foi designada à função de desapropriação para a construção da UHE, não houve uma segunda parte negocial neste processo. Era uma certeza de que as terras teriam maior expressão econômica, segundo preceitos capitalistas, depois da construção da Usina e, ao estarem lidando com uma população

⁸¹ Carta ao Ministro César Cals, 1980. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 14-15, 1989.

vulnerável no contexto da ditadura civil-militar, seria pouco provável que houvesse retaliação por violação de direitos humanos.

A indenização, nesse contexto, pode ser entendida como uma tentativa de compra do perdão da sociedade, tanto da parte afetada diretamente quanto da não afetada, bem como uma expectativa de tornar os desastres ambientais e a violação dos direitos humanos em algo moralmente aceitável e não condenável. As indenizações poderiam ter sido feitas sob o pressuposto de que era necessário dar ao dinheiro um “bom uso”, visto que estaria, supostamente, reparando as tragédias infligidas a essas populações vulneráveis. Além disso, reitero que o contexto em questão se trata da ditadura civil-militar brasileira, marcada especialmente pela repressão e pela violência contra as populações do campo. Dessa forma, a indenização poderia ser entendida, também, como uma forma de silenciamento pela violação de direitos humanos em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Portanto, pensar a indenização enquanto um tipo de dinheiro especial permite visualizar as possíveis contradições e os diferentes significados dos seus usos e das suas fontes, de forma a compreender que ela não está livre de amarras socioculturais e de motivações específicas de grupos sociais distintos. Se, por um lado, a Eletronorte tentou obliterar a conexão subjetiva entre os sujeitos e os objetos e reduzir as relações interpessoais em laços instrumentais, por outro, foi possível perceber a forma como a empresa tentou criar parâmetros para que a indenização tivesse um tipo de uso, segundo uma régua moral ditada pelo mercado. Ao entender que cada dinheiro especial é moldado por diferentes redes de relações sociais, o esperado era que houvesse mais de um significado para o processo de indenização quando analisei cartas escritas por sujeitos distintos.

Por fim, para pensar o papel da Eletronorte diante desse contexto de construção da UHE de Tucuruí e da imposição de condições de existência para os atingidos através das indenizações, das desapropriações e do próprio descaso pelos relatos de sofrimento e miséria, utilizarei a categoria de *Aparelho Ideológico de Estado*, de Louis Althusser. O filósofo propõe, em seu livro, uma teoria marxista de Estado em que, para além de uma distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, existe uma outra categoria que está ao lado do aparelho repressivo de Estado, apesar de não se confundir com ele, que são os aparelhos ideológicos de Estado. Os aparelhos repressivos de Estado abrangem o governo, a administração, o exército, a polícia e os tribunais, por exemplo. Os aparelhos ideológicos de estado, por outro lado, constituem-se pelo sistema de diferentes escolas e de igrejas, além da imprensa e da estrutura familiar.⁸²

⁸² ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença, Martins Fontes, 1980, p. 44-45.

O filósofo faz duas observações. A primeira é que, se existe um aparelho repressivo de estado, existe uma pluralidade de aparelhos ideológicos. Se essa pluralidade existe, sua unidade num corpo único não é tão óbvio. A segunda é que, enquanto o aparelho repressivo pertence ao domínio público, a maioria dos aparelhos ideológicos são do domínio privado. Althusser explica que a distinção entre público e privado é meramente do direito burguês, sendo válida nos domínios em que o direito burguês exerce poder. O domínio do Estado, contudo, estaria fora do domínio burguês, pois está para além do direito. “O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado”.⁸³

Dessa forma, ser de um ou outro domínio não faz diferença quando o que realmente define um aparelho é a sua forma de funcionamento; enquanto o aparelho repressivo funciona essencialmente pela violência, o aparelho ideológico funciona essencialmente pela ideologia. Contudo, qualquer aparelho de Estado funciona, ao mesmo tempo, pela violência e pela ideologia.⁸⁴ Segundo Althusser, se os aparelhos ideológicos de estado funcionam massivamente pela ideologia, aquilo que daria unidade à diversidade dos aparelhos é a sua forma de funcionamento, uma vez que a ideologia segundo a qual funcionam é unificada na ideologia dominante, a da classe dominante, apesar das contradições.⁸⁵ A princípio, considera-se que a classe dominante, enquanto detentora do poder de Estado, exerce simultaneamente a hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado. Penso ser interessante, na realidade, a reflexão que o filósofo faz a partir dessa última consideração, em que se entende que os aparelhos ideológicos de estado são o alvo e também o local da luta de classes.⁸⁶

Essas lutas de classes, seguindo a proposta dos aparelhos ideológicos de Estado, pode ser observada, também, através do discurso. Michel Pêcheux, filósofo francês, em seu livro *Semântica e Discurso* propõe, dentre outras coisas, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. Quando o filósofo utiliza a teoria de Althusser que abordei anteriormente, ele destaca que a ideologia constitui e é constituída pela luta de classes e que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia, mas sim o seu lugar e meio de realização, onde a ideologia é realizada e se realiza. Contudo, esses aparelhos ideológicos não devem ser entendidos como apenas reprodutores das

⁸³ *Ibidem*, p. 45.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 46-47.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 48.

⁸⁶ *Ibidem*, 49.

relações de produção ou como instrumentos da classe dominante, uma vez que eles constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.⁸⁷

Portanto, por assumir que a linguagem é precisamente o que compõe a dinâmica discursiva, o indivíduo insere-se dentro da perspectiva de que não é o sujeito que configura o discurso, mas sim o discurso que configura o sujeito; este, por sua vez, mobiliza estratégias na linguagem para produzir um discurso. Dessa forma, ao propor uma análise discursiva para a teoria de Althusser, Michel Pêcheux estaria apontando para a ideia de que o estratagema da ideologia é referente a alguma evidência, partindo do pressuposto de que os fatos não falam por si, mas que são “levados a falar” através de mecanismos discursivos.⁸⁸ Ou seja, além do que se vê, há precisamente um espaço discursivamente pré-construído, a ideologia. Portanto, assim como não existiria um sujeito pré-ideológico, a ideologia não deve ser entendida apenas em seu campo simbólico, mas também em sua materialidade, pois são com os aparelhos ideológicos de Estado que a ideologia se realiza e é realizada através da luta de classes.

Com isso, quero dizer que uma ideologia não é propriamente falsa pois, no que se refere ao seu conteúdo, ela pode ser verdadeira, precisa, uma vez que o mais importante não é o conteúdo em si, mas a forma como esse conteúdo se relaciona com o aspecto subjetivo compreendido no próprio processo de enunciação.⁸⁹ Ou seja, o espaço da ideologia pode ser identificado a partir do momento em que o conteúdo, seja ele falso ou verdadeiro, é funcional se há alguma relação de dominação social. Segundo Slavoj Žižek, para que a lógica de legitimidade da relação de dominação seja eficaz, ela deve ser oculta.

Portanto, o que proponho é pensar a presença da Eletronorte no sul e sudeste do Pará a partir da premissa de que a empresa não foi criada para ser o instrumento de funcionamento da ideologia, mas sim porque ela é, precisamente, o produto desta ideologia, qual seja a da introdução e a tentativa de consolidação de uma lógica capitalista na região amazônica. Quando, nas cartas da Eletronorte, é mencionado que as mudanças no rio Tocantins e nas relações sociais com a terra são frutos dos esforços para que os moradores tenham melhores condições de vida e estruturas modernas para que possam acessar serviços básicos, são ocultados os verdadeiros motivos da intervenção sobre essas comunidades. Os interesses econômicos da classe dominante que associou o capital nacional e o internacional, e que foram beneficiados pela modernização conservadora da Ditadura, foram postos em prática em detrimento da dor e do

⁸⁷ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, p. 130-131, 2016.

⁸⁸ ŽIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 17, 1996.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 13.

sofrimento daqueles que foram o principal alvo para a expansão do capitalismo na região amazônica entre os anos de 1970 e 1980.

É possível constatar as relações de desigualdade e dominação entre a Eletronorte e os atingidos, por exemplo, na forma como o conteúdo sobre as avaliações criteriosas das indenizações foram enunciados. Como comentei anteriormente, na carta que a empresa escreveu ao Bispo da Prelazia de Cametá, percebi que a Eletronorte estava tentando definir os parâmetros do que seria “uma indenização justa” e os critérios para a definição de uma terra com “expressão econômica” ou não. Dessa forma, ao desqualificar o valor das terras desapropriadas e na tentativa de gerar para si uma imagem de impessoalidade e neutralidade, a Eletronorte estava, na verdade, fortalecendo as relações de desigualdade e impossibilitando que os atingidos tivessem espaços de agenciamento para contestar esses critérios.

Ademais, nas fontes que tratei sobre a empresa, identifiquei uma reiteração do discurso técnico para que se conseguisse maior legitimidade dentro do campo científico. Uma vez que há uma luta pelo monopólio da autoridade e da competência técnica segundo um determinado agir supostamente moderno, todas as outras formas de conhecer e entender o mundo, como no caso dos atingidos, foram enquadradas como “saberes populares”. Portanto, compreendo que essa estratégia discursiva adotada pela Eletronorte também é uma das representações da desqualificação, da deslegitimação e da dominação sobre os atingidos, especialmente por inviabilizar que esses sujeitos tivessem poder de escolha, tornando-os subordinados a essa nova esfera de ação do Estado, imposta violentamente pela Eletronorte enquanto aparelho ideológico.

REFLEXÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era, precisamente, evitar uma concepção causal e determinista que está sujeita a um tempo linear e cronológico. Dessa forma, ao abordar as políticas do regime para o estado do Pará nas décadas de 1970 e 1980, onde foram realizadas as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, procurei compreender que esse megaprojeto não foi fruto do acaso ou um grande plano maquiavélico, muito pelo contrário. Constatei que a construção da Usina se integrou a um dado contexto brasileiro marcado pela expansão das fronteiras do capitalismo para a Amazônia, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma nova forma de dominação na região caracterizada pela ação da Eletronorte e de empresas privadas, que atuaram com incentivos fiscais e foram resguardadas pelo aparelho logístico e repressivo da Ditadura. O fim desta parceria entre o Estado e as empresas foi a implantação da agroindústria e da mineração no sul e sudeste do Pará, conectadas com as necessidades do capitalismo global à época.

Por outro lado, busquei abordar como as comunidades residentes nestas fronteiras paraenses possuíam estruturas socioculturais que não se articulavam segundo uma lógica de acumulação de capitais, mas sim a partir de bases comunitárias e, em alguns casos, coletivistas, nas quais os sujeitos definiam as regras e os mecanismos para o compartilhamento dos recursos comuns. As regras eram estruturadas segundo preceitos que faziam sentido às culturas políticas daquelas comunidades. Assim, constatei que as formulações dos mecanismos por esses sujeitos buscavam uma lógica de cooperação e de uso comum dos recursos naturais, ausentes das políticas impositivas do regime militar.

Nesse sentido, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e outros megaprojetos, a expansão da fronteira agropecuária e a instalação de empresas mineradoras significaram a violação tanto das bases materiais quanto existenciais daqueles que já residiam no sul e sudeste do Pará, como também dos migrantes recentes que haviam chegado à região sob a promessa de terra e trabalho com assistência do Estado. Esses sujeitos observaram de perto o rio Tocantins se transformando em um desconhecido para eles, pois se antes o rio era aquele que provinha a subsistência, o trabalho, o lazer e o próprio significado de vida, com as obras, ele passou a ser a extensão do sofrimento, da miséria e da morte.

Pensar o rio Tocantins e as relações que se estabeleceram com ele a partir do conceito de “comum” demonstrou que as águas do rio, antes entendidas como de uso coletivo, foram convertidas para o uso privado das empresas de alumínio e dos fazendeiros da região. Essa conversão só foi possível, pois houve a violação dos direitos e dos costumes dessas comunidades não capitalistas, a fim de que houvesse a apropriação de um bem que era a própria

extensão das identidades e dos corpos dos sujeitos residentes às margens do rio Tocantins. Ademais, por meio das fontes, verifiquei como as percepções do tempo para essas comunidades foram definidas em dois momentos: antes da chegada da Eletronorte e após a chegada impositiva da empresa.

Deste modo, a presença da Eletronorte no sul e sudeste do Pará pode ser entendida, também, como um aparelho ideológico de Estado que, em seus discursos e nas suas ações, funcionou como um mecanismo para a estruturação de um mercado capitalista na Amazônia. Como expus anteriormente, os aparelhos ideológicos são o alvo e o local da luta de classes, uma vez que a ideologia constitui e é constituída por essa luta. Portanto, compreendi que a presença da empresa intensificou as desigualdades e criou as condições para que a única forma de sobrevivência desses sujeitos fosse através de relações de subordinação e a partir das lógicas de superexploração do trabalho para a acumulação de capital.

FONTES

Carta ao Ministro César Cals, 1980. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 14-15, 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-tucuruui-progresso-para-quem>

Carta ao Bispo da Prelazia de Cametá, Dom José Elias Chaves. 07 de outubro de 1981. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 26-30, 1989.

Carta ao Bispo da Prelazia de Cametá do Tocantins, Dom José Elias Chaves. 29 de junho de 1984. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 163-170, 1989.

VI Encontro da Lei do Anilzinho. Transcrição de fita de áudio. Comunidade de Aranquebaua, Baião, 15-18 de outubro de 1986. Disponível em: <https://memoriasocialtucuruui.org/>

Um mausoléu a serviço das multinacionais e em detrimento do povo tocantino. 29 de janeiro de 1983. In: Dossiê “Barragem de Tucuruí: Progresso... Para quem?”. Comissão Pastoral da Terra, p. 57-59, 1989.

IMAGEM

Mapa da localização da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, Pará: trecho entre Marabá e Cametá. Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas - LAIG/UFPA, 2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença, Martins Fontes, p. 41-52, 1980.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 117-139, 2019.

BOCCARA, Guillaume. “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje em Tiempos de Globalización”, *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, Debates, 2001.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 255-286, 2019.

CASTILLA, Malena; SCHMIDT, Mariana. “Se quedan con todo, no nos queda nada”. Acaparamiento de Tierras y Aguas en la Región Chaqueña, Provincias de Chaco y Salta (Argentina). *HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 11, n. 3, p. 178-208, 2021.

COSTA, Kelerson Semerene. A formação da Amazônia e seu lugar no Brasil. IN.: TOLEDO, Marleine P. M. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução de Mariana Exalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Antología. Crítica de la modernidad capitalista*. Bolívia, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 2, n. 4, jul-dez, p. 831-856, 2009.

GOMES, Angela de Castro & GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, Paralelo 15, 2013.

LIBERATORI, Leandro César Juárez. **A memória em disputa: as lutas dos atingidos pela UHE de Tucuruí. Diferentes temporalidades de um grande projeto**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCCZ, Lília Moritz (Org.), *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68), p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto, CHAMBOULEYRON, Rafael. Dossiê: rios e sociedades. Movimentos dos rios/movimentos da história. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 39, n. 81, p. 15-24, 2019.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

ZELIZER, Viviana. The Social Meaning of Money: 'Special Monies'. *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 2, p. 342-377, 1989.

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Rebeqa Pereira Miller, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “O sonho que se transformou em insônia: uma história socioambiental da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (c.1974 - c.1984)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalo devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 17 de fevereiro de 2023



Rebeqa Pereira Miller